

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DOCÊNCIA NA
EDUCAÇÃO BÁSICA

Idéosa Alves do Carmo Cardoso

VALORIZAÇÃO DO NEGRO NO AMBIENTE ESCOLAR

Belo Horizonte
2010

Idéosa Alves do Carmo Cardoso

VALORIZAÇÃO DO NEGRO NO AMBIENTE ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em História da África e Cultura Afro-brasileira, pelo Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Básica, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador(a): José Raimundo Lisbôa da Costa

Belo Horizonte
2010

Idéosa Alves do Carmo Cardoso

VALORIZAÇÃO DO NEGRO NO AMBIENTE ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção de título de Especialista em História da África e Cultura Afro-brasileira, pelo Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Básica, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador(a): José Raimundo Lisbôa da Costa.

Aprovado em 11 de dezembro de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Professor José Raimundo Lisbôa da Costa – Faculdade de Educação da UFMG

Professora Elânia de Oliveira – Escola de Educação Básica e Profissional da UFMG/Centro Pedagógico.

RESUMO

Reflexões sobre a diversidade étnica racial brasileira e proposições de metodologias para implementação da lei 10639/03 no espaço escolar bem como proposições de novos valores e conhecimentos a cerca da cultura afro brasileira no sentido de refletir e desconstruir preconceitos culturais e raciais

Palavras-chave: Educação Étnico-racial – Educação Infantil – Plano de ação – comunidade e escola.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por se fazer presente em minha vida e permitir mais esta vitória. As minhas filhas Priscilla e Larissa, que são minha continuidade. Ao meu esposo Ju e familiares pelo incentivo e por acreditarem em mim.

A todos os profissionais do LASEB e educadores que contribuíram na ampliação dos meus conhecimentos, em especial ao professor José Raimundo Lisboa da Costa que participou de forma efetiva desta produção. Aos colegas que espontaneamente compartilharam comigo suas experiências.

“Negro
Se você reagir
você será morto
morto socialmente
culturalmente
economicamente
psicologicamente
moralmente
precocemente
morto antes de nascer
ainda no ventre materno
será morto sem trabalho
sem escola
sem ter onde morar
não terá direitos
nem saúde
estará sempre acompanhado
da praga da embriaguez
da prostituição
empurrado para o crime
você será morto
nas prisões, nas ruas
no campo, nas cidades
por fome
por uma bala da policia
morto sem história
com angustia de não ter lutado
sua dignidade esfaçalhada
(Milton Barbosa)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
2. DESENVOLVIMENTO	11
3. O PLANO DE AÇÃO	51
4. CONCLUSÃO	62
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
6. REFERÊNCIAS	65
7. ANEXOS	67

1-INTRODUÇÃO

Quando surgiu a oportunidade de fazer o curso de Pós-graduação Lato Sensu em História da África e Culturas Afro- Brasileiras, fiquei apreensiva, pois achava que era um curso que deveria ser feito primeiramente por professores de História. Indagava a mim mesma. Como estudar esse tema com pouco embasamento do conteúdo de História já que minha formação é para atuar nas séries iniciais do ensino fundamental?

A medida que o curso foi avançando percebi que esse assunto é pertinente e merece um olhar cuidadoso dos profissionais da educação indiferente de sua formação inicial ou faixa etária em que atua. Fui percebendo que fingimos muitas vezes não enxergar que existe de fato uma demanda pelo reconhecimento social de grupos historicamente discriminados como os negros.

No Brasil o Movimento Negro vem lutando há muito tempo por esse reconhecimento social. Uma das conquistas é a inclusão dos estudos sobre História da África e Cultura Afro- brasileiro no currículo escolar através da lei 10639/03. Mas, sabemos que essa luta não se encerra com a criação da lei. É preciso buscar soluções práticas para sua efetivação. Sendo que uma dessas soluções é oferecer formação para os profissionais da educação.

Uma parceria realizada entre a Prefeitura de Belo Horizonte e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), oportunizou a nós educadores (as) a formação que precisávamos para conhecermos o texto teórico da lei. Desconstruir em nós mesmos os conceitos que herdamos da cultura na qual fomos formados. Despertar incomodo diante da nítida exclusão e os preconceitos que os negros vivenciam. Contribuir para corrigir as desigualdades sociais e promover o bem comum dos estudantes indiferente da cor da pele.

...toda e qualquer forma de desigualdade precisa ser superada.
(Nilma Lino, 2008 pg 105).

Ao socializar os debates feitos no curso e propor desenvolver um plano de ação na instituição (UMEI AARÃO REIS), foi possível perceber o interesse de educadoras e outras profissionais pela temática. Sendo assim eles também foram incluídos nas atividades propostas.

A partir do desenvolvimento do trabalho relato memórias da minha infância, processos de escolarização e a minha escolha profissional. Ser professora.

Refliro sobre minha experiência profissional e sobre as relações professor/ alunos/ pais na escola que estudei, e essas relações na escola contemporânea.

No segundo capítulo apresento ainda a instituição na qual atuo como educadora infantil a UMEI (AARÃO REIS). Sua estrutura, localização enfim toda sua proposta de trabalho. Proposta essa que não apresenta até o momento a aplicação da lei 10639/03, embora ela seja trabalhada por algumas educadoras de forma pontual, porém não institucionalizada.

No terceiro capítulo, os textos trazem os planos das ações desenvolvidas na escola. Um cujo título “Compartilhando formação e informações”, onde socializamos com as colegas da escola a parte teórica oferecida no curso para apresentação da lei 10639/03, sua divulgação e aplicabilidade. Na segunda parte do plano de ação “Minha História / Minha Família” as práticas desenvolvidas tiveram como alvo principal as crianças e suas famílias.

É no quarto capítulo que concluo a respeito do presente projeto. Descrevo também sobre minha atuação dentro do plano de ação e outras atividades realizadas no cotidiano da sala das crianças de 1 a 2 anos.

Finalizo esse trabalho, falando da oportunidade que tive em fazer essa especialização e da contribuição que posso oferecer como educadora para a desconstrução de preconceitos e a busca pela igualdade de direitos.

2- DESENVOLVIMENTO

DO NÚCLEO FAMILIAR Á EDUCAÇÃO ESCOLAR

Em meio a importantes fatos históricos como o Brasil se tornando campeão do mundo pela primeira vez, Juscelino Kubitschek finalizando o seu mandato como presidente do país e preparando para a inauguração da capital do Brasil (Brasília) nasci na cidade de São José da Safira, no Estado de Minas Gerais, quinta filha de uma família que totalizaria 20 filhos. Meu pai pequeno sitiante que trabalhava na lavoura produzindo como se diz no interior, um pouco de tudo. Minha mãe costureira. Durante o dia meu pai ficava na lavoura e minha mãe em casa nos orientando e ao mesmo tempo costurando. Ela fazia camisas masculinas para uma das lojas, que eram três no total na nossa cidade Às vezes minha mãe era também contratada para ir à casa de algumas freguesas para confeccionar ou consertar algumas roupas e aí o trabalho era cobrado por dia. Tenho boas recordações da minha infância. Não faltava companhia, pois éramos muitos irmãos e as brincadeiras eram bem diversificadas. Desse sítio meu pai conseguia produzir uma alimentação de boa qualidade, mas dinheiro para comprar remédio, roupas e outros produtos para manutenção do sítio era difícil e trabalhoso.

Meu pai era um bom contador de histórias, digo era porque hoje ele tem 83 anos e não se lembra das histórias que contava. Quando colhia o milho de pipoca ou amendoim ele sempre marcava para contar ou ler nos livros As mais belas histórias de Lúcia Casasanta, enredos que me encantava. Ninguém ia dormir cedo, pois amávamos aquele momento.

Os nossos passeios eram em casa de parentes, almoço em família, eventos religiosos (cultos), políticos (comícios) e esportivos (futebol). Naquela época a eletricidade que iluminava as ruas e casas da minha cidade era de um gerador próprio. Acendia por volta das dezoito horas e apagava por volta das 22 horas. A Central Elétrica de Minas Gerais (CEMIG) chegou a essa cidade por volta dos anos setenta e com ela o aparelho tão sonhado, a televisão, mas poucas pessoas tinham acesso a esta tecnologia. Diferentemente nas últimas décadas em que a televisão se popularizou e as crianças passaram a brincar menos. Principalmente as crianças das áreas urbanas com poucos espaços físicos, e com os pais saindo para o trabalho, passaram a ter esse aparelho como instrumento de lazer, ficando horas sentadas a sua frente. Atualmente temos outros aparelhos que competem com a televisão como os computadores, acesso a internet o que exige maior atenção dos responsáveis. Muitas vezes quando os pais chegam em casa eles também adotam essa postura e com isso o diálogo entre os membros da família fica escasso, podendo acarretar prejuízos.

Meus pais tinham pouca escolaridade. Meu pai terceira série primária, e minha mãe segunda serie primaria mas isso não foi impedimento para que eles iniciasse a minha alfabetização, segundo eles, para não dar trabalho à professora quando chegasse à escola. Depois do trabalho na lavoura ele pegava uma cartilha para treinar o abecedário maiúsculo e minúsculo. Em seguida treinávamos as famílias silábicas decorando-as. Assim cheguei à Escola Municipal Fernão Dias reconhecendo o alfabeto e lendo alguns monossílabos. Meus pais valorizavam o conhecimento, e a educação escolar.

HISTÓRIAS DA VIDA ESCOLAR. PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO

Comecei a estudar com seis anos de idade porque precisava fazer companhia para minha irmã mais velha, pois o sitio que eu morava era um pouco retirado da cidade de São José da Safira minha terra natal. Quando ingressei na escola já havia iniciado o regime militar que apesar da repressão, prisões e torturas enfrentaram significativas oposições dos movimentos sociais.

No primeiro dia de aula chorei muito e nas primeiras horas nem consegui levantar a cabeça da carteira. Quando tive coragem de olhar a primeira imagem foi o alfabeto no quadro e a professora apontando com uma régua grande lendo-o para as crianças e pedindo que repetissem. Não lembro em que momento iniciou minha participação nesse processo. O método usado era o global. A professora ia apontando e lendo as palavras nos cartazes dos três porquinhos, não sei quanto tempo ficava decorando um cartaz. Esse cartaz era fatiado em frases, palavras, sílabas e depois era composto novamente, então era apresentado outro cartaz seguindo o mesmo trabalho. As aulas eram basicamente de Português, Matemática, Estudos Sociais, Ciências e poesias. A aprendizagem se concretizava através de cópias e leituras repetitivas. As respostas só eram consideradas certas se estivessem de acordo com o modelo dado pela professora. Decorávamos poesias para recitar toda sexta- feira na sala de aula. Os poetas e poetisas mais lidos eram Cecília Meireles, Henriqueta Lisboa, Gonçalves Dias e Olavo Bilac.

O sonho de me tornar professora foi inspirado por essa educadora que me acompanhou nos três primeiros anos de escolaridade, Anatalícia Maria Simões (Dona Licinha). Era uma professora que fazia a diferença, exigente com organização dos cadernos, estudos e disciplina. Ela tinha uma caligrafia maravilhosa e eu tentava imitá-la em quase todas as ações. Não ousava deixar de fazer nenhuma das atividades propostas por ela. Mesmo tendo esse encantamento por essa educadora algumas vezes nesse processo levei algumas reguadas, por coisas simples como não ter decorado todos os fatos fundamentais e tempos e modos do verbo ter no prazo estabelecido para a argüição.

O Brasil era governado pelo General Emílio Garrastazu Médici e o nosso país vivia o auge da ditadura. As professoras eram respeitadas tanto pelos alunos como pelos pais. Os pais davam a elas autoridade sobre o (a) filho (a) para colocar de castigo, até bater com régua, atitudes que faziam parte do modelo social da época. O poder de fala era só do professor, ele controlava a disciplina fazendo uso da arbitrariedade, algo que não cabe nos dias atuais, em que os alunos participam da construção do conhecimento, e a escola não é nem pode ser tão rígida, pois vivemos em regime democrático.

Dona Licinha gostava de fazer auditórios com a participação de todos os alunos em jograis e peças teatrais. Os ensaios eram feitos na casa dela. Não recordo de nenhum dos meus colegas ficarem fora dessas apresentações. Éramos todos incluídos. Percebo hoje que talvez a intenção dessa inclusão não fosse apenas treinar a habilidade de memorizar, mas também desinibir, incluir.

Os conteúdos trabalhados nas disciplinas de Estudos Sociais e Ciências eram na maioria das vezes através de questionário (perguntas e respostas). Todos os dias antes de entrar para a sala os alunos ficavam enfileirados no pátio para cantar o Hino Nacional e o Hino a Bandeira. As datas comemorativas eram trabalhadas com muita ênfase. Abolição da escravatura, dia das mães, semana santa, dia do soldado, independência do Brasil, dia da bandeira nacional, proclamação da república. As festas do catolicismo eram incluídas no calendário da escola desconsiderando as outras religiões. Procissões, que os alunos acompanhavam e coroação de Maria no mês de maio etc. Como eu era de família protestante não participava das comemorações da igreja católica, sofria discriminação por parte de professores e colegas. Percebo que ainda persisti as várias discriminações religiosas e étnicas dentro das escolas. Os negros, deficientes, protestantes, ou outras religiões que não sejam catolicismo ainda sofrem essas discriminações. Nas escolas os negros enchem as salas da supervisão como os mais rebeldes, ou os que apresentam maiores dificuldades na aprendizagem. Já os protestantes esperam que eles sejam quietos e concentrados, caso não se confirme essa expectativa a eles é lembrada a opção religiosa. Práticas que precisam ser desaprendidas por nós professores.

Ao receber o diploma de conclusão da quarta série, precisei fazer uma prova admissional para ingressar na quinta série. Sendo aprovada iniciei, no Ginásio Municipal 31 de Março. Acostumada com professor generalista, passo agora a conviver com vários professores especialistas. E uma série de conteúdos para decorar. É incluído então o Inglês, Organização social e Política do Brasil, (OSPB), Moral e Cívica e há também a divisão do conteúdo de Estudos Sociais para História e Geografia. O que consigo recordar com mais nitidez é que eu tinha muitas dificuldades em Matemática, talvez por ser um conteúdo que exige mais raciocinar do que decorar. Dificuldade que persistiu durante todo o ensino fundamental.

Quando conclui a oitava série não tive como continuar os estudos, a cidade que eu morava não tinha o segundo grau. E também eram poucas as vagas ofertadas pelo poder público para cursar o segundo grau mesmo nos grandes centros urbanos. Como era comum fazer curso datilografia depois de terminar o ginásio, então meus pais me levaram para a casa de uma tia materna que morava em Governador Valadares, onde fiz o curso datilografia.

Só foi possível voltar estudar depois que meus pais decidiram vir morar em Belo Horizonte. Comecei a trabalhar no comércio e financiar o curso de Magistério. No início do ano de 1982 efetivei minha matrícula no colégio Clemente Faria, no bairro Prado. A grade curricular do colégio era igual no primeiro ano para os dois cursos oferecidos, contabilidade e magistério. A partir do segundo ano cada curso tinha sua grade específica. Com muito entusiasmo permaneci no curso freqüentando regularmente as aulas e procurando aproveitar ao máximo das teorias que fundamentava a prática educativa. Durante os estágios obrigatórios pude confirmar o meu interesse em trabalhar com crianças, principalmente das séries iniciais. Como estudante secundarista vivi algumas experiências significativas. Apesar de pouco entendimento sobre abertura política, mas como o Partido dos Trabalhadores (PT) estava em ascensão me declarava petista, participava de rodas de conversas no colégio, defendia a filosofia do partido e participava de algumas manifestações das Diretas Já. Conclui o curso de magistério em 1984, em meio a importantes fatos históricos como escolha do primeiro presidente civil eleito depois de 20 anos de regime militar e também significativas discussões sobre os processos de alfabetização. Alfabetizar a partir do que é significativo para o educando, aproveitar todo o conhecimento que ele já possui, é provavelmente a ação com maior eficácia.

Exerci a profissão docente de 1990 a 2002 com o curso de magistério. Percebi que não estava tendo lugar para profissionais sem graduação nas escolas, que a sociedade e conseqüentemente a educação estavam em crescente mudança, decidi então prestar vestibular na Fundação Helena Antipof que fica no município de Ibirité. Freqüentei o primeiro período. Mas como ficava muito longe da minha residência que é no Céu Azul, Belo Horizonte, resolvi durante as férias fazer vestibular para a Universidade Presidente Antonio Carlos (UNIPAC). Sendo aprovada, cursei durante três anos com aulas presenciais o curso Normal Superior, o mesmo curso que iniciei na Fundação Helena Antipof. Discutir, debater, ouvir relatos de experiências e estudar trouxe reflexões significativas sobre minha prática, adquirindo mais autonomia e segurança na elaboração e aplicação dos meus planejamentos diários podendo assim orientar melhor os alunos na construção do conhecimento.

TRAJETORIA PROFISSIONAL

Depois que formei participei de algumas designações do Estado, mas sem sucesso. Não conhecia ninguém que trabalhava na educação e as vagas ficavam sempre com pessoas indicadas pela própria escola formando um círculo difícil de transpor. Outros dificultadores eram não saber onde e como os processos de designação aconteciam.

Em 1986 foi aberto inscrições para o concurso de professores das séries iniciais da rede estadual. Fiz minha inscrição, estudei, mas não recebi nenhum telegrama avisando o dia e hora do concurso perdendo assim a oportunidade de concorrer. Continuei ir às escolas nas designações, mas esporadicamente. Talvez por falta de conhecimento ou iniciativa não procurava informações sobre as designações nas redes municipais.

Participei então no final de 1989 de um processo seletivo para trabalhar em uma escola de educação infantil cujo nome era Instituto Educacional Pequeno Mestre, situado no bairro Céu Azul região de Venda Nova. As candidatas tinham que elaborar um plano de aula e aplicá-lo na sala das crianças de seis anos, antigo pré-escolar. Conquistei essa vaga para o início de 1990. Os debates sobre novas formas de alfabetizar as crianças estavam sendo discutidas, práticas estavam sendo reconstruídas levando em consideração os estudos feitos por Emilia Ferreiro e Ana Teberosky. Que pesquisou a alfabetização do ponto de vista da criança, descrevendo as hipóteses elaboradas e os caminhos percorridos por elas no processo de alfabetização. Minha prática pedagógica no Pequeno Mestre foi alicerçada por essa teoria e durante nove anos permaneci nessa escola como alfabetizadora.

No Pequeno Mestre as crianças eram atendidas somente no turno da tarde com quatro turmas. Maternal (2,3anos) 1º período (4 anos) 2º período (5 anos) e 3º período(6 anos), o pré escolar. Embora em bairro de periferia essa escola recebia em sua maioria crianças com poder sócio econômico bom. Filhos de pequenos comerciantes do bairro, filhos de professores, policiais e outros funcionários públicos.

O Instituto Educacional Pequeno Mestre não tinha nenhum projeto político pedagógico escrito. Mas a filosofia de trabalho tinha como principal referência para o processo de alfabetização Emília Ferreiro, valorizava muito o lúdico e atividades extraclasse como excursões. Muitas delas eram comuns a todas as idades. Passeios na Transitolândia na Avenida Amazonas, zoológico, fábrica da Coca- Cola e o presépio do Horto Florestal. Os pais eram participativos no sentido de auxiliar as crianças nas tarefas de casa, eventos promovidos pela escola, reuniões.

Oferecer condições para as crianças decifrar os códigos da nossa língua e a usá-la como forma de comunicação e expressão reafirmava que estar na educação e

exercer a profissão de professora alfabetizadora eram mais prazerosos ainda que eu imaginasse.

Do final de 1994 a 2002, transitei em várias escolas do Estado. De outubro de 1994 á dezembro de 1997 fui contratada pela Escola Deputado Álvaro Sales que funcionava em um galpão improvisado no bairro Trevo (região de Venda Nova), e atendia crianças de 1º a 4º série. O que separava as salas umas das outras eram alguns compensados. Lá recebi como tarefa finalizar os conteúdos, aplicar as provas finais corrigi-las, somar as notas encontrando a média global, classificando esses alunos em aprovados e reprovados. No ano seguinte já no prédio novo o atendimento foi ampliado para todo o fundamental. Um número expressivo desses alunos vinha das duas vilas próximas da escola, Vila São Francisco e Bispo de Maura. Eram crianças que apesar da pouca idade faziam o trajeto da escola para casa e vice versa sozinhos. Poucos tinham ajuda dos responsáveis para realização dos deveres de casa. Segundo os dirigentes dessa escola a proposta política e pedagógica estava sendo construída pelo o grupo de profissionais efetivos na mesma, não tive nenhum acesso a essa construção. O conhecimento era passado através de realização das atividades dos livros didáticos, pesquisas feitas pelos alunos que depois discutiam o assunto em sala de aula.

A supervisora acompanhava o trabalho do professor através dos roteiros diários e das atividades preparadas para o aluno, além do livro didático. O desempenho dos alunos era medido por meio dos resultados obtidos nas avaliações mensais e atitudes de bom comportamento. Em 1996 atuei nessa escola como professora recuperadora cargo criado naquele ano para ajudar os alunos com defasagem idade série (alunos que eram repetentes na primeira e segunda série e ainda não liam). Tendo uma boa experiência com alfabetização através dos próprios nomes dos alunos, rótulos e embalagens e jogos pedagógicos (domino, jogo da memória, bingo) fui indicada pela direção da escola a ocupar esse cargo. Levar embalagens, rótulos, nomes próprios, confeccionar jogos de alfabetização era uma pratica comum por nós educadores do Instituto Pequeno Mestre, pratica utilizada também na Escola Estadual Deputado Álvaro Salles, abolindo parcialmente os treinos ortográficos, diversificando melhor as atividades. Em 1995 trabalhei com alunos da terceira série, 1997 trabalhei com quarta serie. Atuar com essas faixas etárias trouxe contribuições profissionais significativas já que a minha experiência maior era nas salas de alfabetização.

Nas escolas estaduais primeiro os professores efetivos escolhiam as turmas que queriam trabalhar o que sobrava era dos contratados que seguia uma hierarquia de acordo com o tempo de Estado. Sempre há nas escolas públicas tratamentos diferenciados para os profissionais efetivos e contratados. Os contratados são mais cobrados em suas tarefas e muitas vezes destituídos de alguns direitos como opinar

e decidir, sobre o pretexto que eles podem não estar ali no ano seguinte. Depois desse processo de designação era escolhido o livro didático, que era o principal suporte das aulas. Todas as atividades eram reescrita no caderno inclusive os enunciados dos mesmos, porque os livros seriam reaproveitados no ano seguinte e não havia muitas possibilidades de fugir dessa prática. Nas escolas públicas os livros didáticos continuam sendo um suporte importantíssimo para a construção do conhecimento. Mas não o único, pois existem outros recursos tecnológicos que são usados para atrair a atenção dos educandos, não com tanta freqüência, pois falta espaço físico e preparo por parte do professor para manusear esses recursos. Mesmo sabendo que esses recursos podem ser usados na sala de aula os pais desconsideram as aulas expositivas e mede o conhecimento do (a) filho (a) pela quantidade de registro feito no caderno, cultura herdada dos processos educativos das décadas anteriores.

No ano de 1998 os professores passariam a ser contratados de acordo com a classificação do concurso e como a Escola Estadual Deputado Álvaro Salles pertencia à região de Venda Nova e minha classificação era Belo Horizonte tive que procurar outra escola. De acordo com minha classificação fui contratada na Escola Estadual Princesa Isabel situada no bairro Nossa Senhora Aparecida Belo Horizonte, iniciando em maio de 1998 no lugar de uma professora que se afastou para aposentar, em uma turma de quarta série, em que quase todos eram repetentes e com graves problemas de disciplina. A maioria dos responsáveis por esses alunos não iam às reuniões nem eventos promovidos pela escola. Só fiquei conhecendo-os no final do ano na entrega do boletim escolar com o resultado final. A escola Princesa Isabel tinha projeto político pedagógico, mas não tive acesso a ele, talvez por ser contratada como já mencionei nesse texto, os professores contratos não tem o mesmo reconhecimento do professor efetivo.

A supervisão ajudava a professora eventual a distribuir as folhas que eram colocadas para serem rodadas no mimeógrafo, olhava os roteiros das aulas elaboradas por nós professores e nos auxiliava na disciplina dos alunos. No ano seguinte só trabalhei durante três meses na biblioteca dessa mesma escola no noturno. Executava as tarefas junto à bibliotecária. Fazíamos decorações incentivando os alunos a visitar a biblioteca e indicávamos alguns títulos de livros, fazíamos anotações de empréstimos de livros para alunos e professores. A biblioteca não era informatizada, embora houvesse uma sala com vários computadores faltava, portanto serem instalados. Diante das dificuldades de locomoção e horário desisti desse cargo no segundo semestre ficando somente com o cargo da escola infantil Pequeno Mestre.

Para pleitear uma vaga no Estado em 2000 era necessário fazer inscrições nas escolas que pretendia trabalhar, usando então o número de classificação do

concurso. Neste ano decidi deixar a escola infantil e assumir um cargo e uma dobra no Estado. O primeiro cargo na Escola Estadual Francisco Menezes Filho no bairro Ouro Preto atuando com alunos de quarta série. Como tinha quatro turmas de quarta série trabalhávamos por área. Minhas áreas de atuação eram ciências para as quatro turmas, artes e ensino religioso para duas dessas turmas. Essa escola tinha uma apostila de Ciências elaborada por uma professora. A apostila era vendida para os alunos contendo todo o conteúdo de Ciências que se trabalha na quarta série inclusive com as atividades para verificação de aprendizagem. As demais atividades eram retiradas e mimeografadas de coleções como o Dia a Dia do professor e outras. Esses alunos tinham um bom nível sócio econômico, família presente na vida escolar, material adequado e acesso a vários espaços de lazer e cultura.

E no segundo turno atuava na Escola Estadual Sarah Kubitschekt no bairro Itamarati, na sala de alfabetização. Continuei usando os mesmos métodos usados nas escolas anteriormente citadas por acreditar que na linha construtivista o processo de alfabetização aconteceria com maior tranquilidade. As escolas Francisco Menezes e Sarah Kubitschekt são próximas, mas naquela época a clientela diferenciava muito. Na escola infantil a maioria das crianças era de famílias com baixo poder aquisitivo.

Nesse período o governador de Minas era Itamar Franco que alegou não ter vagas para nomear os professores das séries iniciais em Belo Horizonte e região metropolitana, e que fosse feita reopção para algumas cidades do interior. É necessário lembrar que de acordo com as Leis de Diretrizes e Bases da Educação o ensino fundamental é de responsabilidade dos municípios. Fiz reopção para a cidade de Itambacuri (MG), mas esse concurso prescreveu em outubro de 2000 e não fui nomeada.

Em 2001 e 2002 lecionei nas séries iniciais, em algumas escolas sempre cobrindo licença de professores. Essas escolas foram: Escola Estadual José Luiz de carvalho, bairro Toni, Escola Estadual José Pedro Pereira, centro ambas em Ribeirão das Neves, Escola Estadual Conceição Martins, bairro Kátia Belo Horizonte. Os alunos em sua maioria carentes, e os pais ausentes da vida escolar dos filhos. Com exceção da E.E José Pedro Pereira as demais citadas são escolas com muitos casos de violência ao seu entorno. Neste mesmo período atuei como professora da educação infantil, na Escola Municipal João Antes da Costa bairro Fortaleza, Ribeirão das Neves. Nesses anos atuar só com o curso técnico em magistério ficou mais difícil, pois a lista dos professores era feita considerando a formação acadêmica e não o tempo de trabalho na rede estadual. Diante dessa situação seria necessário e urgente buscar formação, para continuar exercendo a profissão docente e também melhorar minha ação pedagógica.

Paulo freire (1996) Enquanto ensino, continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago.

Sempre procuro refletir sobre minha prática na sala de aula, tentando fazê-la de maneira respeitosa, privilegiando no plano diário, atividades que contemple situações da realidade do estudante, entendendo que é necessário criar possibilidades para que ele também participe do seu processo de formação. Busco o diálogo como forma de exercer a minha autoridade de professor.

Paulo Freire (1996) É meu bom senso que me adverte de que exercer a minha autoridade de professor na classe, tomando decisões, orientando atividades, estabelecendo tarefas cobrando a produção individual e coletiva do grupo não é sinal de autoritarismo da minha parte. É minha autoridade cumprindo o meu dever.

Em todas as escolas públicas em que lecionei não cheguei a conhecer o projeto político pedagógico, mas, em todas encontrei profissionais competentes procurando orientar os alunos para que esses adquirissem os conhecimentos relativos à série em que eles estavam. Porém essas escolas eram carentes de material (folhas, livros, revistas, Xerox etc.) às vezes tinha só o livro didático. O professor tinha que se virar para passar os conteúdos Pedir ajuda espontânea aos pais, vizinhos ou tirar algumas cópias de Xerox e pagar com o próprio salário. Excursões, ou outras atividades extraclasse dificilmente aconteciam. Mesmo com tantas dificuldades encontradas direção, supervisores e nós professores buscávamos soluções para melhorar o atendimento dos alunos através de feiras culturais, festas juninas, festivais, oficinas, promovendo a socialização e identificação com a escola.

Participei de processo seletivo em 2002 para a rede municipal de Contagem. Em 2003, trabalhei em regime contratual em Nova Contagem, na Escola Municipal Ápio Cardoso, com alunos do terceiro ano do primeiro ciclo. Os alunos dessa escola eram freqüentes, mas não tinham ajuda dos pais no processo de aprendizagem. Essa freqüência se justificava pela confiança que os pais tinham na escola como um lugar seguro para os filhos, pois a região tinha grande índice de violência. Vivenciei nesse ano juntamente com meus alunos algumas cenas bem marcantes como: rebelião e transferência de presos da penitenciária Nelson Hungria que é muito próximo da escola. Devido à especificidade dessa escola pouco sabia da vida do aluno fora do ambiente escolar. O trabalho mais significativo feito nessa escola foi um combinado de somar esforços para melhorar a leitura e o interesse desses alunos pelos livros literários. Toda terça- feira eles liam partes do livro escolhido anteriormente, até finalizá-lo, quando isso acontecia o aluno contava parte do livro e incentivava outro colega a leitura do mesmo. Nesse mesmo ano, fiz minha inscrição para participar de um concurso na rede municipal de Sabará, conseguindo um cargo efetivo para o início de 2004. Trocando meu contrato em Contagem por um cargo

efetivo em Sabará. Nos anos de 2003 e 2004 trabalhei em um único turno dedicando mais tempo aos estudos.

No início de 2004 foi publicado o edital do concurso de educador infantil para atendimento das crianças da rede municipal de Belo Horizonte, estava cursando o quarto período do curso Normal Superior o que facilitou a minha preparação. Dediquei parte do meu tempo lendo a bibliografia exigida no edital, conseguindo então ser aprovada. Nesse período trabalhava como professora de educação básica no município de Sabará, na Escola Municipal Construtor Joaquim Borges bairro Val Paraíso. Em março de 2005 fui lotada na UMEI Aarão Reis. As unidades de educação infantil davam os primeiros passos no atendimento as crianças. Em agosto desse mesmo ano exonero meu cargo em Sabará e retorno para a rede Municipal de Contagem, cargo efetivo.

Chegamos à Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI), antes que ela recebesse as crianças. Fazíamos reuniões que norteava o nosso primeiro contato com esses alunos num contexto de muita expectativa pelas famílias e comunidade em seu entorno. Nesse primeiro ano de funcionamento fiquei no cargo de apoio nas salas de dois e três anos. Participava contando histórias, cantando cantigas de roda e orientando nas brincadeiras e no atendimento das necessidades básicas da criança (cuidado). Como não tinha um projeto político pedagógico na instituição nós educadoras elaborávamos atividades que acreditávamos estar de acordo com as idades atendidas. Compartilhávamos experiências e tínhamos vários encontros pedagógicos promovidos pelas regionais ou SMED, onde era debatido e estudado o desenvolvimento infantil. No ano seguinte houve algumas mobilizações para construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) da educação infantil.

Participei de um curso na SMED com Vitória Líbia, onde refletíamos sobre as múltiplas linguagens a serem desenvolvidas na educação infantil. Esse seria o primeiro passo para a construção do PPP. Todo o material impresso distribuído no curso era colocado na sala dos professores para leitura. Para que fosse possível essa leitura a instituição (escola) contratou alguns oficinairos para assumir o lugar do educador duas horas por semana. Cada grupo tinha uma hora de estudo. Um grupo de educadores fazia uma leitura prévia discutiam os textos, faziam anotações e outro grupo escrevia já em formato de texto. Fazer parte dessa construção trouxe significativas contribuições no entendimento das especificidades e características do desenvolvimento da criança e conseqüentemente reflexões sobre a faixa etária que eu escolhi atuar. Durante o curso citado acima tive a oportunidade de escrever um projeto com orientação de Vitoria Líbia e aplicá-lo na sala de crianças de 2 a 3 anos, visando melhorar a linguagem oral e ampliar o vocabulário daquelas crianças pois percebemos que a comunicação estava limitada a gestos. É importante destacar que

a linguagem nessa fase ainda encontra em construção e que, portanto os objetivos serão alcançados em longo prazo.

O recurso didático usado para a aplicação do projeto foram os livros literários contendo a história dos três porquinhos e Rapunzel. Essas histórias foram escolhidas porque há nelas repetição das falas dos personagens, e o recurso espacial foi à roda para hora do conto. Foi muito gratificante ver as crianças imitando os personagens da história contada. Percebi que nessa idade eles adoram repetição, interagem com facilidade com os personagens imitando-os com muita disposição.

O trabalho com crianças pequenas exige um olhar atento para seu desenvolvimento e suas necessidades. Acalentar, intervir, orientar, cuidar, entreter, oferecer condições para o desenvolvimento das múltiplas linguagens são atitudes cotidianas que exerço na educação infantil.

Acostumada com a falta de material nas outras redes por onde passei, deparei com outra realidade na rede municipal de Belo Horizonte. Muitos livros literários para a faixa etária, outros materiais como lápis, borracha, giz de cera, canetinhas, pincéis, massinha de modelar, tintas, emborrachados, cadernos, agendas, xerox, coleções de livros para o professor consultar e preparar a aula, televisão, DVD, computadores, internet, etc. Outros recursos como cursos, palestras e alguns seminários. Com espaço físico, materiais e contínua formação, o trabalho torna mais prazeroso. Estou a três anos consecutivos, trabalhando com crianças na faixa etária de um a dois anos, o que continua sendo um desafio gratificante, pois, elas sempre surpreendem.

Continuo acreditando na educação e no que ela pode trazer como benefício na vida do sujeito e na sociedade como um todo. Porém exercer a profissão de professora não tem sido tarefa fácil. Se no passado as professoras não eram bem remuneradas por ser considerada uma profissão quase que exclusivamente do universo feminino, por outro lado elas eram respeitadas por toda sociedade. Hoje, os professores são mal remunerados, não têm garantia do respeito e reconhecimento. Com a modificação na estrutura familiar os responsáveis passaram a ficar mais ausentes da escola e do compromisso de auxiliar na educação dos filhos, transferindo para a escola responsabilidades que é própria da família.

A formação de hábitos inicia-se fora da escola, em meio á atividades rotineiras, desde o cumprimento de horários até a higiene pessoal. (Amauri Carlos Ferreira).

O que se tem percebido é que o consumo se transformou em uma moeda de troca, ao invés de relações de afetividade, se tem produtos de desejos. O reflexo desse consumismo é percebido no cotidiano da escola. Os alunos chegam á escola com artigos modernos que acompanham alta tecnologia (celulares, MP4...), mas,

sem o básico para acompanhar as aulas como cadernos, lápis, borracha, livros. O uso inadequado desses objetos durante a aula é uma das causas de conflitos entre docentes e discentes. A indisciplina é fato preocupante, pois ela desmotiva o professor, impede a prática educacional causando baixo desempenho na aprendizagem e uma desvalorização da instituição escola.

Porém é necessário que o educador reflita constantemente sobre sua ação, busque formação para compreender as novas demandas da atual sociedade, lembrando sempre que ele não irá resolver todos os problemas, mas que ele exerce um importante papel no processo de formação dos alunos.

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

- Unidade Municipal de Educação Infantil Aarão Reis – Escola Pólo: E. M. Hélio Pellegrino.
- Endereço: Rua Três, nº 25 – Bairro Aarão Reis, CEP: 31.814.680, Belo Horizonte – MG.
- Início das atividades: Março de 2005.
- Inauguração: 17 de novembro de 2005.
- Entidade mantenedora e grupo fundador: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Fins e objetivos da instituição

Os sujeitos da UMEI Aarão Reis concebem a Educação como movimento e conhecimento enquanto informação, reflexão, crítica e transformação. Dessa forma, educar é desenvolver no ser humano todas as suas possibilidades de vir a ser. É desenvolver qualidades escondidas na busca da compreensão de si, do mundo e da vida. Estando, a Educação inserida em um contexto sócio-histórico político busca se a partir da construção da proposta pedagógica dessa instituição a formação de crianças enquanto sujeitos de direitos. O fazer pedagógico, acontecido no dia-a-dia, em parceria com a comunidade escolar irá contribuir para a formação de novos cidadãos.

A organização do cotidiano da instituição e dos grupos de crianças

A organização desta instituição provém da possibilidade de constituir uma visão própria de uma concepção de educação e cuidado com o sujeito. Sua organização visa sintetizar o projeto pedagógico da instituição e apresentar a proposta de ação educativa dos profissionais.

As práticas educativas

Fazer do brincar a forma privilegiada de construção do conhecimento, de expressão das emoções, sentimentos, desejos e necessidades, para que a criança possa viver plenamente sua infância, se torna eixo norteador em busca do desenvolvimento integral da criança. Dessa forma constituem-se fins e objetivos dessa instituição reconhecer as crianças como seres íntegros, que aprendem a ser e conviver consigo próprios, com os demais e com o próprio ambiente de maneira articulada e gradual. O desenvolvimento de projetos é uma prática constante que poderá efetivar tais objetivos.

A organização e sistematização do conhecimento

A UMEI Aarão Reis tem como fins e objetivos desenvolver a capacidade de observação, reflexão, criação, discriminação de valores, julgamento, comunicação, convívio, cooperação, decisão e ação, atendendo as disposições legais apresentadas na LDBEN 9394/96 nos artigos 2º, 22, 29, 30 e 31. Busca atender os objetivos específicos de cada área de conhecimento na aquisição de competências, habilidades intelectuais próprias e atitudes, de acordo com o proposto pelos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

CONCEPÇÃO DE CRIANÇA, DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

A criança enquanto ser social, histórico e cultural

A criança é um ser social e histórico, que faz parte de uma organização familiar inserida em uma sociedade caracterizada por uma determinada cultura. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também o marca. Tem na família um ponto de referência fundamental.

A necessidade de se viver em grupo é uma exigência inata de todo ser humano, onde se é educado para agir segundo as regras sociais e internalizar os padrões culturais em que se vive. “A família constitui o primeiro lugar de toda e qualquer educação e assegura, por isso, a ligação entre o afetivo e o cognitivo, assim como a transmissão dos valores e das normas” (DELORS, 2001). Os pais desde cedo introduzem maneiras de se relacionar com as pessoas através de: respeito ao próximo, valores morais, princípios éticos, através de conduta já estabelecida pelo meio social a seus filhos. A partir desses ensinamentos, a criança começa compreender o seu papel no meio social, iniciando o processo de construção de sua cidadania.

Os profissionais da UMEI Aarão Reis reconhecem as crianças como cidadãos de direitos e deveres, indivíduos únicos, seres sociais e históricos, seres competentes e produtores de cultura. Sujeitos que necessitam da educação escolar para transformar os saberes de sua experiência em conhecimentos essenciais para

o usufruto de seus direitos. A criança vivenciará na escola desafios planejados que lhe possibilitará o exercício de habilidades mentais como observar, comparar, verbalizar hipóteses, elaborar pequenas conclusões, expressar descobertas e conhecimentos adquiridos anteriormente ao seu ingresso na escola.

Dessa forma, percebe-se e reconhece-se como de fundamental importância a parceria entre a família e a escola, visto que “(...) o desenvolvimento harmonioso das crianças implica uma complementaridade entre a educação escolar e a família” (DELORS, 2001).

O processo de desenvolvimento da criança

Desde o nascimento, o ser humano passa por várias fases de desenvolvimento. De modo geral, quando criança, ele desenvolve suas potencialidades, a linguagem, expande sua relação com o meio, vive a contradição, a partir dos jogos de imitação e simbolização que o permitem vivenciar conflitos que podem contribuir para afirmar seu “EU” e ganhar interesse pela vida social, conquistando assim o mundo.

Uma das primeiras capacidades construídas é a de simbolizar, o que representa um passo importante para o desenvolvimento do pensamento. A capacidade de conhecer e aprender se constrói a partir das trocas estabelecidas entre o sujeito e o meio. O fato da criança desde cedo se comunicar através de gestos, sons e mais tarde representar determinado papel na brincadeira faz com que desenvolva sua imaginação, pensamento e construa conhecimento.

A partir dessas vivências com o meio e interações com os sujeitos a criança busca compreender a realidade a sua volta elaborando hipóteses e explicações sobre os fenômenos naturais, sociais, históricos, etc. Ao considerar essas experiências da infância, a escola entende que a criança precisa: brincar para crescer; do jogo como forma de equilíbrio com o mundo; do faz-de-conta como fonte de “amadurecimento” e; manifestar e desenvolver sua sexualidade.

Na UMEI Aarão Reis considera-se a criança enquanto ser afetivo e em formação, livre para pensar e usar suas múltiplas linguagens. Um ser com necessidades físicas e emocionais para o fortalecimento da auto-estima. E é nesse momento, enquanto criança, que os vínculos afetivos contribuem para o desenvolvimento pleno da personalidade.

O processo de aprendizagem da criança

As crianças possuem uma natureza singular, e se caracterizam como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio. Através das interações que estabelecem com as pessoas e com o meio que as circundam, as crianças

revelam o seu esforço para compreenderem o mundo em que vivem e, por meio das brincadeiras, revelam as condições de vida a que estão submetidas, seus anseios e desejos.

As crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as pessoas e o meio em que vivem. O conhecimento não se constitui em cópia da realidade, mas sim, representação, fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação.

Dessa forma, na UMEI Aarão Reis, busca-se a partir da ação dialógica escutar e dar espaço para que a criança possa manifestar esse conhecimento prévio oriundo do senso comum, que será reelaborado para atingir níveis mais complexos de compreensão. Desse modo, o processo de aprendizagem é oportunizando a partir de situações de observação, experienciação e argumentação para que esse conhecimento prévio possa ser reestruturado de modo a alcançar a compreensão científica dos fenômenos.

Na UMEI Aarão Reis adota-se a concepção de que a Educação Infantil deve atender às necessidades psicossociais da criança criando as condições mais adequadas para o desenvolvimento harmonioso de seus aspectos físicos, sócio-emocionais e cognitivos. O desejo implícito nessa concepção é que as crianças aprendam, sendo elas próprias o sujeito da aprendizagem. Todas podem se desenvolver se tiverem oportunidade de aprender a aprender; é um processo pessoal, intransferível e contínuo e cada um tem que desenvolvê-lo de acordo com as possibilidades na relação com o processo escolar.

CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO A SER ATENDIDA E DA COMUNIDADE NA QUAL SE INSERE

O bairro e sua infra-estrutura

A UMEI Aarão Reis está situada no bairro Aarão Reis e atende crianças de zero a cinco anos e oito meses em período integral e parcial. O bairro é antigo, tipicamente residencial, localizado na região norte de Belo Horizonte. Suas ruas são, em sua maioria pavimentadas, têm saneamento básico e o bairro possui um posto de saúde com atendimento odontológico.

É perceptível a valorização da região após a construção da Via 240, que muito contribuiu para o acesso ao bairro e adjacências. Possui várias linhas de transportes coletivos, incluindo integração ao metrô.

O bairro possui uma escola estadual que atende às séries iniciais do Ensino Fundamental. Já os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio são oferecidos por escolas dos bairros vizinhos, que são próximas e de fácil acesso,

evitando assim a falta de atendimento. A Educação Infantil é atendida pela UMEI Aarão Reis, que atua desde março de 2005, tendo como escola núcleo a E. M. Hélio Pellegrino, localizada no bairro Guarani, a qual oferece o Ensino Fundamental completo e Educação de Jovens e Adultos.

As famílias atendidas

De acordo com o levantamento de dados realizado através da *Ficha Individual da Criança – Educação Infantil* e *Ficha de Inscrição para Educação Infantil*, constatou-se que as famílias seguem em sua maioria, as religiões evangélica e católica. No entanto, as práticas pedagógicas devem atender a propósitos de uma escola laica, que vise à diversidade cultural e religiosa. A etnia predominante das famílias e crianças é parda, existindo ainda as etnias negra e branca.

Os sujeitos atuam em profissões variadas, havendo destaque na prestação de serviços em empregos não formais, sem vínculo empregatício e a renda familiar oscila entre um a quatro salários mínimos. As famílias são compostas geralmente, por no mínimo cinco pessoas (pais, avós, tios, irmão, madrestas, padrastos.). A escolaridade dos mesmos é na maioria Ensino Fundamental ou Médio incompleto.

ORGANIZAÇÃO E DINÂMICA DO COTIDIANO DO TRABALHO

Funcionários responsáveis pelo funcionamento da instituição

A UMEI Aarão Reis possui um quadro de funcionários formado por 31 (trinta e uma) educadoras, 2 (duas) coordenadoras, 1 (uma) vice-diretora, 1 (uma) auxiliar de secretaria, 10 (dez) auxiliares de serviços, 1 (um) guarda municipal, 2 (dois) porteiros, 2 (dois) vigias noturnos. Os porteiros e vigias trabalham em regime de doze por trinta e seis horas.

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES DOS FUNCIONÁRIOS PARA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DA INSTITUIÇÃO

A atuação dos envolvidos no funcionamento da UMEI Aarão Reis é de extrema importância para que a ação coletiva na escola aconteça. A articulação dos diversos segmentos de funcionários dá sustentação e efetiva o projeto político pedagógico. Essa harmonia é o princípio que promove a transformação da escola em espaço de formação integral e permanente para toda a comunidade escolar, evidenciando a criança.

Compete à vice-diretora:

- Coordenar junto com os profissionais da escola a construção de um currículo voltado para a inclusão social;
- Assegurar a unidade do grupo de trabalho para o atendimento das necessidades dos alunos;
- Conhecer e buscar os projetos culturais da comunidade integrando-os aos projetos de trabalhos da UMEI;
- Avaliar, promover e reordenar os projetos de trabalho em andamento;
- Discutir e analisar as condições de trabalho dos profissionais de ensino, valorizando o trabalho da equipe;
- Organizar, planejar, desenvolver e avaliar ações de formação para o corpo docente em horários de ACPATE e Reuniões Pedagógicas;
- Participar de reuniões e de formações promovidas pela SMED/GCPF/GERED e outras instâncias;
- Articular a secretaria da escola com as instâncias pedagógicas, socializando informações sobre documentação de alunos, acesso a documentos e relatórios sobre a vida escolar dos alunos;
- Desenvolver ações junto à família e aos alunos para garantir a frequência regular;
- Encaminhar e acompanhar junto a órgãos competentes casos de abusos, violação de direitos e negligências com os alunos;
- Planejar os recursos necessários para o desenvolvimento dos trabalhos/projetos;
- Assegurar no trabalho cotidiano junto aos professores(as) o uso e retomada dos registros do processo vivenciado pelos educandos(as) para novos planejamentos;
- Construir estratégias, junto com o coletivo da escola, para organização da substituição na falta de algum professor, para que seja garantida a continuidade do processo de formação dos educandos sem rupturas, repetições ou atividades desconectadas à proposta pedagógica da UMEI;
- Planejar todo o trabalho escolar;
- Representar a escola perante órgãos da administração municipal;
- Substituir o diretor em suas faltas e impedimentos eventuais;
- Compreender a ação pedagógica para possibilitar o trabalho da coordenação;
- Articular o apoio administrativo para dar sustentação ao desenvolvimento das propostas pedagógicas;
- Estabelecer reuniões sistemáticas de toda equipe de coordenação da escola;

- Discutir as demandas e as divergências;
- Distribuir tarefas;
- Contribuir de maneira efetiva para o alcance dos objetivos pedagógicos propostos no PPP da escola;
- Cumprir e fazer cumprir as determinações emanadas dos órgãos competentes;
- Coordenar e supervisionar todas as atividades administrativas e pedagógicas da Escola;
- Velar pela fiel observância do regime disciplinar;
- Promover o bom relacionamento entre todo o pessoal da escola;
- Favorecer a integração da escola com a comunidade, através de mútua cooperação, na realização das atividades de caráter cívico social e cultural;
- Controlar a chegada e saída de todo pessoal da escola em seu horário de trabalho;
- Coordenar a manutenção da limpeza, elaborando horário de trabalho e atribuições dos auxiliares de serviços gerais, supervisionando-os na execução de suas tarefas;
- Convocar reuniões com o corpo funcional e docente, quando se fizer necessário;
- Executar outras tarefas correlatas.

Compete à coordenadora:

- Encaminhar as discussões pedagógicas, planejando, orientando, articulando e avaliando os projetos de trabalho de cada ciclo de formação;
- Organizar, junto com o grupo de trabalho, as enturmações;
- Organizar os tempos dos professores no coletivo do ciclo, assegurando o processo de formação, planejamento e registros das ações, bem como substituição de professores;
- Articular os projetos pedagógicos desenvolvidos pelos professores e acompanhar o desenvolvimento do trabalho em sala de aula;
- Acompanhar e analisar o processo de aprendizagem dos alunos, suas dificuldades e propor as intervenções pedagógicas necessárias;
- Propor e incentivar vivências de outros espaços de aprendizagem, de acordo com os projetos de trabalho, divulgando e organizando os eventos;
- Apresentar e discutir com as famílias as questões referentes aos aspectos pedagógicos e de desenvolvimento dos alunos;
- Serviços de mecanografia;

- Atender a comunidade escolar com competência, educação e qualidade.

Compete ao educador:

- Reconhecer as crianças como cidadãos de direitos e deveres;
- Executar atividades baseadas no conhecimento científico acerca do desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos e 8 (oito) meses, consignadas na proposta político pedagógica;
- Organizar tempos e espaços que privilegiem o brincar como forma de expressão, pensamento e interação;
- Desenvolver atividades objetivando o educar e o cuidar como eixo norteador do desenvolvimento infantil;
- Assegurar que a criança matriculada na educação infantil tenha suas necessidades básicas de higiene, alimentação e repouso atendidas de forma adequada;
- Propiciar situações em que a criança possa construir sua autonomia;
- Implementar atividades que valorizem a diversidade sócio-cultural da comunidade atendida e ampliar o acesso aos bens sócio-culturais e artísticos disponíveis;
- Elaborar e executar suas atividades pautando-se no respeito à dignidade, aos direitos e às especificidades da criança de até 5 (cinco) anos e 8 (oito) meses, em suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas, sem discriminação alguma;
- Colaborar e participar de atividades que envolvam a comunidade;
- Colaborar no envolvimento dos pais ou de quem os substitua no processo de desenvolvimento infantil;
- Interagir com demais profissionais da UMEI, para construção coletiva do projeto político pedagógico;
- Conhecer as especificidades e necessidades desta faixa etária;
- Reconhecer criança como sujeito competente, que possui conhecimentos e experiências que devem orientar o trabalho pedagógico;
- Perceber, compreender e significar as ações das crianças;
- Atentar para observação, avaliação e registro;
- Reconhecer a família como parceira no cuidado e educação das crianças;
- Compreender e trabalhar com as diferenças;
- Ser um profissional investigador e pesquisador;

- Planejar e encaminhar a avaliação processual de modo a permitir o acompanhamento da aprendizagem dos alunos;
- Registrar os atrasos na chegada das crianças;
- Refletir e avaliar sua prática profissional, buscando aperfeiçoá-la;
- Comparecer pontual e assiduamente à escola, mantendo em todos os ambientes e em sala de aula a ordem e a disciplina, comprometendo-se com os processos pedagógicos;
- Elaborar e executar o planejamento pedagógico contemplando o conteúdo dos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;
- Comunicar à vice-direção e/ou ao coordenador pedagógico, bem como à família do aluno (através do registro na agenda individual da criança), os incidentes que, pela sua gravidade, requeiram providências especiais;
- Registrar por escrito na agenda individual do aluno todas as informações sobre o dia-a-dia escolar do aluno do turno integral;
- Entregar, pontualmente, relatórios e materiais pedagógicos solicitados;
- Tratar com urbanidade e respeito os colegas de trabalho e os alunos;
- Zelar pelo patrimônio da escola, particularmente de sua área de atuação, preocupando-se pela conservação e organização de bens e pelo uso do material colocado à sua disposição;
- Guardar sigilo sobre assuntos reservados que envolvam ou possam envolver pessoas e autoridades nos planos administrativos e pedagógicos;
- Desenvolver suas atividades de acordo com a programação aprovada e empenhando-se pela constante qualificação ao processo ensino-aprendizagem;
- Cooperar com os superiores imediatos na solução de problemas da administração da escola;
- Manter em dia a escrituração escolar nos diários de classe;
- Apresentar nos prazos hábeis todas as escritas escolares sob sua responsabilidade;
- Participar, colaborar na organização e execução de atividades de caráter cívico, social e cultural, promovidos pelo seu centro de trabalho, orientando, incentivando e, quando necessário, acompanhando a sua turma;
- Cumprir e fazer cumprir os horários, cronogramas e calendários escolares;
- Desenvolver o espírito de cooperação e solidariedade, integrando-se na vida da escola e da comunidade;
- Avisar, com antecedência, sempre que possível, quando não puder cumprir seu horário de trabalho e, deixar sempre uma atividade para ser aplicada nas turmas com a coordenação. (Apresentar atestado médico, quando a falta for

por motivo de doença. A partir do segundo atestado do mês ou quando o atestado for de mais de um dia, esse deve ser apresentado a perícia médica, que pode ser agendada pelos telefones: 3277-9441 / 3277-9440 / 3277-9439);

- Solicitar, previamente, à coordenação, o uso de espaço físico ou qualquer recurso extra a ser utilizado em suas aulas;
- Orientar especificamente alunos com dificuldades;
- Solicitar à coordenação a presença dos pais à escola, quando necessário, bem como atendê-los, quando solicitado;
- Aguardar em sala, juntamente com os alunos, a liberação por parte da coordenação, para a saída da escola fora do horário habitual;
 - Desincumbir-se de outras tarefas específicas que lhe forem atribuídas;
 - Participar dos momentos de formação criados pela escola e proporcionados pela SMED/GERED.

Compete ao auxiliar de secretaria:

- Participar da elaboração do planejamento dos trabalhos de secretaria da UMEI junto com o Secretário Escolar e a Direção;
- Executar as tarefas necessárias à consecução dos objetivos do planejamento dos trabalhos de secretaria, coordenadas pelo Secretário Escolar ou pela Direção;
- Atender a comunidade escolar prestando-lhes informações e expedindo documentos da escrituração escolar;
- Efetivar a escrituração e registros escolares, mantendo-os atualizados e ordenados, garantindo a sua fidedignidade e o seu adequado arquivamento;
- Colaborar em programações que promovam a agilização de serviço interno e externo, organização e manutenção dos arquivos, bem como da informatização dos trabalhos da secretaria;
- Utilizar com zelo o material da secretaria, guardando-o e mantendo-o em condições de utilização permanente;
- Manter sigilo em relação à documentação dos alunos e dos profissionais da UMEI, primando pela ética em todos os procedimentos da secretaria;
- Participar dos cursos de atualização e aperfeiçoamento promovidos pelos órgãos de formação da Prefeitura de Belo Horizonte;
- Organizar a documentação de modo a permitir a verificação da qualificação profissional do corpo de direção, coordenadores e docentes;
- Elaborar relatórios relacionados à frequência dos alunos e correspondências;

- Atualizar-se quanto à legislação escolar;
- Atender às solicitações dos órgãos competentes no que se refere ao fornecimento de dados relativos ao estabelecimento;
- Manter atualizada toda documentação do estabelecimento sob sua responsabilidade;
- Atender a comunidade escolar com competência, educação e qualidade;
- Desincumbir-se de outras tarefas específicas que lhes forem atribuídas, necessárias à boa prestação dos serviços educacionais.

Compete a auxiliar de escola

- Coordenar as auxiliares de serviços;
- Receber os gêneros de alimentação e limpeza;
- Controlar a merenda;
- Observar o cardápio de merenda e adequação dos alimentos recebidos pela UMEI;
- Controlar e distribuir os materiais de limpeza;
- Realizar entrada dos alunos (recepção no portão e encaminhamentos);
- Realizar serviços de mecanografia.

Auxiliar de serviços gerais

Os serviços de higiene, limpeza e conservação do prédio da UMEI Aarão Reis são realizados pelos auxiliares de serviços. Cada funcionário se responsabiliza por parte dos serviços. A divisão do trabalho é estabelecida pela vice-direção da UMEI.

Compete a auxiliar de serviços gerais:

- Usar condignamente uniforme próprio do trabalho;
- Varrer pátios, quadra, parquinhos, salas e corredores;
- Limpar pó das carteiras e móveis;
- Limpar bebedouros e pias;
- Limpar instalações sanitárias;
- Limpar com pano úmido e/ou lavagem dos pisos das instalações;
- Recolher os lixos e colocá-los em local adequado, bem como de sua liberação;
- Ordenar as carteiras e móveis;
- Comunicar à vice-direção sobre entupimentos de pias, vasos e ralos, vazamento em válvulas e chuveiros, lâmpadas e chuveiros queimados, e defeitos na rede elétrica;

- Limpar as portas, vidraças, janelas, cantos, tetos e paredes;
- Lavar as salas e ambientes azulejados;
- Executar serviços de lavanderia, lavando e passando as roupas de cama e banho do turno integral, aventais das educadoras, roupas de empréstimo às crianças, panos de limpeza, etc;
- Limpar os materiais e brinquedos;
- Organizar os colchões com lençóis para a “hora do sono” dos alunos do integral;
- Arrumar os berços;
- Auxiliar a distribuição dos alimentos no refeitório;
- Limpar e repor os materiais do fraldário;
- Solicitar os materiais necessários à execução de suas atividades;
- Atender aos alunos e demais funcionários com competência, educação e qualidade.

Compete a auxiliar de cozinha:

- Usar condignamente o uniforme próprio do trabalho;
- Receber, conferir, avaliar e armazenar os alimentos enviados à instituição pela prefeitura municipal;
- Preparar e servir as refeições diárias dos alunos;
- Seguir o cardápio diário enviado pela acompanhante de merenda escolar;
- Limpar e conservar os utensílios e espaço da cozinha, lactário e despensa;
- Preparar a alimentação exclusiva do berçário (mamadeiras, papinhas, etc);
- Esterilizar diariamente os utensílios do berçário (mamadeiras e bicos);
- Solicitar os materiais necessários à execução de suas atividades.
- Atender aos alunos e demais funcionários com competência, educação e qualidade.

Porteiro

A portaria é um setor de recepção. O porteiro deve ter atenção e atitudes que de fato realizem na Unidade os necessários serviços de recepção, orientação, comunicação, controle e vigilância.

Compete ao porteiro:

- Usar condignamente o uniforme próprio do trabalho;

- Abrir o portão nos horários de entrada e saída dos turnos;
- Encaminhar e acompanhar os pais e/ou responsáveis pelas crianças à vice-direção e/ou coordenação em casos de atrasos superiores à tolerância na entrada dos turnos;
- Tratar todas as pessoas com respeito e objetividade;
- Autorizar e observar atentamente a entrada de pessoas e sua movimentação no recinto;
- Evitar aglomerações e encaminhar providência para a ordem do local;
- Receber e encaminhar devidamente comunicações ou notícias vindas do exterior;
- Encaminhar e acompanhar as pessoas para o devido atendimento;
- Receber toda correspondência encaminhado-a diretamente a secretaria escola;
- Vigiar e controlar a entrada e saída de alunos e pais;
- Atender aos alunos e demais funcionários com competência, educação e qualidade.
- Manter o portão trancado, exceto nos horários de entrada e saída dos turnos;
- Manter-se junto ao portão.

Compete ao vigia noturno:

- Usar condignamente o uniforme próprio do trabalho;
- Zelar pela segurança noturna do prédio da UMEI Aarão Reis;
- Acionar e desligar o alarme noturno de segurança;
- Registrar eventuais acontecimentos que ocorram durante o turno de trabalho;
- Solicitar o emprego da Força Pública Estadual e/ou Municipal em situação de anormalidade.

Guarda municipal

Tem a função de preservar o patrimônio do município, ao garantir a segurança de servidores e cidadãos usuários em instalações e serviços municipais, no caso a UMEI Aarão Reis.

Compete ao guarda municipal:

- Proteger a escola enquanto patrimônio público;
- Exercer a atividade de orientação e proteção dos funcionários e usuários da UMEI Aarão Reis;

- Garantir a preservação da segurança e da ordem da instituição;
- Atuar com prudência, firmeza e efetividade, na sua área de responsabilidade, visando ao restabelecimento da situação de normalidade, precedendo eventual emprego da Força Pública Estadual;
- Zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos de trabalho e do patrimônio da instituição;
- Ter iniciativa e contribuir para o bom funcionamento da unidade escolar;
- Ser leal à instituição;
- Tratar com zelo e urbanidade a comunidade escolar.

Parâmetros de organização de grupos de crianças e a relação professor/criança

A UMEI atende a 14 (quatorze) turmas de Educação Infantil, que se dividem em quatro turmas no período integral, cinco turmas no parcial pela manhã e mais cinco turmas no parcial à tarde. Salientamos que o berçário funciona no mesmo espaço para atender às duas turmas.

TURMA	FAIXA ETÁRIA	N° DE CRIANÇAS	N° DE EDUCADOR AS	ÁREA DA SALA(M2)	ATENDIMENTO
Berçário	0 a 1 ano	06	01	37,67	Integral
Berçário	0 a 1 ano	06	01	37,67	Integral
Sala 1	1 a 2 anos	12	02	28,05	Integral
Sala 2	2 a 3 anos	16	02	28,05	Integral
Sala 3	3 a 4 anos	20	01	27,22	Parcial (manhã/tarde)
Sala 4	4 a 5 anos	20	01	27,22	Parcial (manhã/tarde)
Sala 5	4 a 5 anos	20	01	27,22	Parcial (manhã/tarde)
Sala 6	5 a 5 anos e 8 meses	25	01	27,22	Parcial (manhã/tarde)

Sala 7	5 a 5 anos e 8 meses	25	01	27,22	Parcial (manhã/tarde)
--------	----------------------	----	----	-------	-----------------------

Devido à demanda do atendimento a comunidade, em alguns anos torna-se necessário a enturmação com agrupamento flexível. São agrupadas crianças com um ano de idade de diferença em uma mesma sala, devendo prevalecer às crianças com mais idade em maior número de alunos.

Na UMEI Aarão Reis a criança é concebida como sujeito ativo, protagonista do processo de aprendizagem que troca informações e constrói hipóteses, investiga, categoriza e organiza normas e limites. Desse modo, adota-se na UMEI Aarão Reis a prática da convivência e interação das crianças com seus pares de idade e de idades diferenciadas. O professor deve intervir e atuar como mediador nessas interações para ampliar a construção do conhecimento.

ESPAÇO FÍSICO, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

A escola funciona em sede própria, e foi projetada de acordo com a idade das crianças que atende. Assim, a estrutura física da UMEI Aarão Reis, possui um espaço bem estruturado, dividido e equipado. O espaço físico que ela propicia aos alunos é alegre, com muita área verde, limpo, organizado, agradável, e diversificado em seus ambientes, e é dividido em dois blocos interligados.

Sabe-se que para se obter uma educação de qualidade é necessário contar com uma estrutura física que possibilite um bom trabalho, um ambiente acolhedor para alunos, profissionais e pais, uma equipe administrativa pedagógica e um corpo docente competente que estejam sempre abertos a mudanças, a fim de que todos juntos possam alcançar a verdadeira função da educação.

Segue abaixo a composição dos espaços físicos, das instalações e dos equipamentos:

Cinco salas do parcial:

- Cadeiras e mesas tamanho infantil na quantidade de alunos, cadeira tamanho adulto, armários, prateleiras, quadro negro, painéis de feltro, lavabo, porta papel toalha, filtro, aparelho de som portátil (aguardando para serem instalados), caixas com brinquedos, grade proteção de porta, lixeira.

Duas salas do integral:

- Quatro cadeiras e uma mesa tamanho infantil, armários, prateleiras, quadro negro, quadro branco pequeno, painéis de feltro, lavabo, porta papel

toalha, filtro, aparelho de som, caixas com brinquedos, cabideiros com tolhas, velotróis, colchonetes, grade proteção de porta, lixeira.

Berçário:

- Doze berços com colchões, dois sofás individuais, prateleiras, persiana, parede com vidro (que diminui os sons externos) com visualização para o fraldário.

Sala de atividades anexa ao berçário:

- Prateleiras, balcão, quadro branco, aparelho de som, lavabo, porta papel toalha, filtro, sofá de alvenaria, parede com vidro com vidro (que diminui os sons externos) com visualização para o lactário, caixas com brinquedos, toca de bolina, tapetes acolchoados e de EVA, dez carrinhos de bebês, lixeira.

Área externa anexa a sala de atividades:

- Cavalinhos de balanço, castelinho com escorregador.

Fraldário:

- Balcão com colchonete, armários, banheiras, tanque, prateleira, espelho, chuveiro, porta sabonete, porta shampoo, porta papel toalha, descartador de fraldas, descartador de fezes, cabideiros com tolhas, produtos de higiene e segurança a saúde dos bebês e educadoras.

Lactário:

- Fogão, geladeira, armários, pia dupla, lixeira, balcão, utensílios de cozinha, utensílios específicos para os bebês.

Espaço adaptado próximo ao lactário:

- Dez cadeiras de alimentação, duas cadeiras infantis.

Corredor interno:

- Quatro armários com escaninhos, armário com balcão, dois armários embutidos de uso escolar (papéis, colas, grampos, tintas, etc).

Sala dos professores:

- Mesa de reunião, cadeiras, fotocopiadora, duplicadora, dois computadores, painel azulejado, circulador de ar.

Sala Multiuso:

- Armários embutidos, armário de aço, parede espelhada, lavabo, filtro, porta papel toalha, circuito de espuma, túneis de lona, livros, duas televisões, dois aparelhos de DVD, aparelho de vídeo, fitas de vídeos, DVDs, fantoches, fantasias, jogos pedagógicos, caixa com brinquedos diversos, toca com bolinhas, documentos escolares arquivados, amplificador de som.

Banheiros dos alunos do integral:

- Banheiro feminino: pia com dois bojos, espelho, porta sabonete, porta shampoo, porta papel toalha, porta papel higiênico, dois vasos sanitários infantis individualizados por paredes e portas, dois chuveiros individualizados por paredes, tapetes antiderrapantes, banco de alvenaria forrado com tapete antiderrapante.
- Banheiro masculino: pia com dois bojos, espelho, porta sabonete, porta shampoo, porta papel toalha, porta papel higiênico, dois vasos sanitários infantis individualizados por paredes e portas, dois chuveiros individualizados por paredes, tapetes antiderrapantes, banco de alvenaria forrado com tapete antiderrapante.

Secretaria:

- Dois arquivos, balcão, computador, telefone/fax, lixeira, quadro de chaves, acionador do alarme de segurança, banner da UMEI, máquina de plastificação.

Diretoria:

- Mesas, cadeiras, armários, computador, servidor da rede de computadores, utensílios de escritório, filmadora, máquinas fotográficas, caixa de primeiros socorros, aparelho de som portátil, microfones, chaves reservas, documentos arquivados, impressora, quadro de cortiça, circulador de ar.

Saguão:

- Bebedouro, mesa grande, dois bancos, trio de cadeiras, mesa infantil com quatro cadeiras, três brinquedos aramados.

Banheiros dos funcionários:

- Banheiro feminino: lavabo, espelho, porta sabonete, porta papel toalha, porta papel higiênico, vaso sanitário, barra de apoio para deficiente físico, assento para deficiente físico, lixeira.

- Banheiro masculino: lavabo, espelho, porta sabonete, porta papel toalha, porta papel higiênico, vaso sanitário, lixeira.

Área de serviço:

- Armários, tanques, balcão, máquina de lavar roupa, varal, ferro de passar roupa, materiais de higiene, vestuário infantil para empréstimo, roupas de cama, mesa e banho, vassouras, rodos, utensílios de lavanderia.
- Vestiário e banheiro: armários com escaninhos, prateleiras de aço, lavabo, espelho, porta papel toalha, porta sabonete, porta papel higiênico, vaso sanitário, chuveiro.

Dispensa:

- Geladeira, freezer, prateleiras, alimentos armazenados.

Cozinha:

- Fogão industrial, prateleiras, mesa, pias, balcão, utensílios de cozinha, parede com janela anexa ao refeitório para distribuição dos alimentos, lixeira, mini-sala anexa para armazenamento de vasilhames.

Refeitório:

- Cinco mesas grandes, dez bancos, lavabo, porta sabonete, porta papel toalha, bebedouros, mesa de apoio, lixeira.

Almoxarifado:

- Prateleiras, materiais de limpeza, utensílios para limpeza.

Área externa:

- Próxima às salas do integral: Cercas de ferro, árvore, flores, corredor dividido com portões de grade, acesso as salas 1 e 2 do integral, à sala de multiuso e ao almoxarifado, brinquedo - castelo de plástico grande com escorregador.
- Parquinho 1: grandes bancos de alvenaria, casinha de madeira e cordas com escorregador e subida em cordas, castelo de plástico grande com escorregador, espaço azulejado próprio para banho de verão, jardim, árvores, área gramada, lixeira, depósito de gás de cozinha, acesso à área de serviços, à cozinha, ao subsolo onde ocorre a distribuição de água da UMEI, ao portão e ao pátio em frente às salas do parcial.

- Pátio em frente às salas do parcial: corredor de acesso às salas do parcial e aos banheiros infantis, feminino e masculino do parcial, muro azulejado para pintura, espaço de acomodação dos velotróis, casinha de alvenaria, área livre cimentada, jardins, árvores, lixeiras de coleta seletiva, bebedouros, acesso ao refeitório e ao corredor interno, portão de entrada.
- Próxima às salas do parcial: corredor de acesso às salas do parcial por trás, duas pequenas salas que funcionam como depósito para mobiliário estragado, rampa de acesso ao parquinho 2.
- Parquinho 2: mini-arena de teatro, mini-quadra, banco de alvenaria, brinquedos de plástico – trave de gol e cesto de basquete, bebedouro, árvores, grande área gramada, postes de iluminação e uma torneira.

Banheiros dos alunos do parcial:

- Banheiro feminino: pia com dois bojos, espelho, porta sabonete, porta papel toalha, porta papel higiênico, dois vasos sanitários infantis individualizados por paredes e portas; vestiário individualizado por paredes e porta com encanamento para chuveiro e banco de alvenaria; banheiro adequado para deficientes físico: vaso sanitário individualizado por paredes e porta, lavabo, espelho, porta sabonete, porta papel toalha, porta papel higiênico, barra de apoio para deficiente físico, assento para deficiente físico.
- Banheiro masculino: pia com dois bojos, espelho, porta sabonete, porta papel toalha, porta papel higiênico, dois vasos sanitários infantis individualizados por paredes e portas; vestiário individualizado por paredes e porta com encanamento para chuveiro e banco de alvenaria; banheiro adequado para deficientes físico: vaso sanitário individualizado por paredes e porta, lavabo, espelho, porta sabonete, porta papel toalha, porta papel higiênico, barra de apoio para deficiente físico, assento para deficiente físico.

REGIME DE FUNCIONAMENTO A ROTINA DA UMEI

A UMEI Aarão Reis percebe a rotina como uma estrutura sobre a qual está organizado o tempo de trabalho em prol do desenvolvimento das crianças e com as crianças. Um regime de funcionamento bem organizado permite que todos os profissionais envolvidos se sintam em condições de gerenciar suas práticas, organizando tempos e espaços. Bem como, uma rotina estruturada orienta a criança, fazendo com que se sinta mais segura, ajudando-a a desenvolver valores como responsabilidade, cooperação e disciplina, além de contribuir para estruturação do pensamento e a construção da noção espaço-temporal.

Os horários e atividades abaixo relatados constituem a organização geral do funcionamento da UMEI Aarão Reis:

<p>6:00 horas:</p> <ul style="list-style-type: none">·1 Início do turno de trabalho do porteiro;·2 Saída do vigia noturno;·3 Chegada de uma auxiliar de cozinha e duas auxiliares de serviços gerais.
<p>7:00 horas:</p> <ul style="list-style-type: none">·1 Chegada de mais duas auxiliares de serviços gerais;·2 Chegada das educadoras e coordenadora do turno;·3 Entrada das crianças do integral e parcial do 1º turno;·4 Acolhida dos alunos do horário parcial no pátio interno, com música, pelas educadoras;·5 Acolhida dos alunos do horário integral em suas respectivas salas, pelas educadoras.
<p>7:15 horas:</p> <ul style="list-style-type: none">·1 Término do horário de tolerância para entrada dos alunos;·2 Início do café da manhã dos alunos. Acontece gradativamente, sendo as crianças menores servidas primeiro. O café é servido no refeitório, para onde as turmas se encaminham de duas a duas. O período de duração para cada turma é de 15 minutos, exceto o berçário, que recebe seu alimento na própria sala.
<p>7:20 horas:</p> <ul style="list-style-type: none">·1 Início de atendimento aos pais pela coordenação.
<p>8:00 horas:</p> <ul style="list-style-type: none">·1 Chegada da vice-diretora;·2 Chegada da auxiliar de secretaria;·3 Início de atendimento externo de secretaria;

- 4 Chegada de duas auxiliares de cozinha;
- 5 Chegada do guarda municipal.

8:30 horas:

- 1 Chegada de duas educadoras do turno intermediário.

9:00 horas:

- 2 Chegada de três auxiliares de serviços gerais;
- 3 Horário em que os alunos do integral tomam suco ou comem uma fruta, na própria sala de aula.

10:00 horas:

- 4 Chegada de uma educadora do turno intermediário;
- 5 Início do almoço dos alunos. Acontece gradativamente, sendo as crianças menores servidas primeiro. O almoço é servido no refeitório, para onde as turmas se encaminham de duas a duas. O período de duração para cada turma é de 20 minutos, exceto o berçário, que recebe seu alimento em um espaço adaptado com cadeiras adequadas para alimentação dos bebês. Este espaço fica próximo à sala do berçário;
- 6 Após o almoço cada turma volta para a sala e faz a escovação dos dentes de cada criança.

10:30 horas:

- 1 Hora do sono. Início do descanso dos alunos das salas 1 e 2. Cada criança, em suas respectivas salas, se deita em um colchonete forrado com lençol individual. Esse momento é permeado com fundo musical para estimular a tranquilidade e o sono.

11:10 horas:

- 7 Abertura do portão para entrada dos pais. Esses se organizam em filas, próximos à sala de seu filho (a) para recebê-lo (la).

<p>11:20 horas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ·8 Saída dos alunos. A liberação dos alunos é feita mediante a apresentação da carteira individual de identificação de cada criança. Caso o responsável não apresente a carteira para a educadora, o mesmo é encaminhado à coordenação para que seja feito um registro de liberação, após a confirmação de dados e informações, que autorize a retirada da criança.
<p>11:30 horas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ·6 Chegada de uma educadora do turno intermediário; ·7 Saída das educadoras e coordenadora do turno.
<p>12:00 horas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ·8 Saída da vice-diretora para almoço; ·9 Horário das crianças alunos do berçário tomarem suco.
<p>12:30 horas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ·10 Chegada de uma educadora do turno intermediário.
<p>13:00 horas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ·11 Chegada das educadoras e coordenadora do turno; ·12 Entrada das crianças do parcial do 2º turno; ·13 Acolhida dos alunos do horário parcial no pátio interno, com música, pelas educadoras; ·14 Saída de duas educadoras do turno intermediário; ·15 Saída de uma auxiliar de serviços gerais.
<p>13:15 horas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ·3 Término do horário de tolerância para entrada dos alunos.
<p>13:20 horas:</p>

·2 Início de atendimento aos pais pela coordenação.

13:30 horas:

·4 Início do lanche dos alunos. Acontece gradativamente, sendo as crianças menores servidas primeiro. O lanche é servido no refeitório, para onde as turmas se encaminham de duas a duas. O período de duração para cada turma é de 10 minutos, exceto o berçário, que recebe seu alimento na própria sala.

14:00 horas:

·6 Retorno da vice-diretora;
·7 Término do atendimento externo da secretaria;
·8 Saída da auxiliar de secretaria.

14:30 horas:

·1 Saída de uma educadora do turno intermediário.

15:00 horas:

·4 Saída de uma auxiliar de cozinha e duas auxiliares de serviços.

15:40 horas:

·9 Início do jantar dos alunos. Acontece gradativamente, sendo as crianças menores servidas primeiro. O jantar é servido no refeitório, para onde as turmas se encaminham de duas a duas. O período de duração para cada turma é de 20 minutos, exceto o berçário, que recebe seu alimento em um espaço adaptado com cadeiras adequadas para alimentação dos bebês. Este espaço fica próximo à sala do berçário;
·10 Após o jantar cada turma volta para a sala e faz a escovação dos dentes de cada criança.

16:00 horas:

<ul style="list-style-type: none"> ·1 Saída de um auxiliar de serviços gerais; ·2 Saída de uma educadora do turno intermediário.
<p>17:00 horas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ·3 Saída de duas auxiliares de cozinha; ·4 Saída de uma educadora do turno intermediário.
<p>17:10 horas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ·11 Abertura do portão para entrada dos pais. Esses se organizam em filas, próximos à sala de seu filho (a) para recebê-lo (la).
<p>17:20 horas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ·12 Saída dos alunos. A liberação dos alunos é feita mediante a apresentação da carteira individual de identificação de cada criança. Caso o responsável não apresente a carteira para a educadora, o mesmo é encaminhado à coordenação para que seja feito um registro de liberação, após a confirmação de dados e informações que autorize a retirada da criança.
<p>17:30 horas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ·16 Saída das educadoras e coordenadora do turno.
<p>18:00 horas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ·17 Encerramento do funcionamento da instituição; ·18 Chegada do vigia noturno; ·19 Saída de três auxiliares de serviços gerais; ·20 Saída do guarda municipal; ·21 Saída do porteiro; ·22 Saída da vice-diretora.
<p>Observação: Os funcionários com jornada de trabalho de oito horas por dia usufruem uma hora de almoço em horários alternados, exceto a vice-diretora e o</p>

guarda municipal que possuem duas horas de almoço, devido ao horário de entrada e saída.

Em cada turma faz-se necessária a construção de uma rotina mais específica, que leva em consideração a identidade de cada grupo e o planejamento da educadora. O aconselhável é que a rotina seja planejada com os alunos, no primeiro momento da aula, pois, quando se sabe o que o espera, ou o que vai fazer no dia, o aluno fica mais seguro e realiza melhor suas tarefas, podendo melhor avaliar cada uma. Uma rotina diária e uma rotina semanal contribuirão para uma melhor organização do planejamento do professor.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO

“A avaliação precisa ser espelho e lâmpada, não apenas espelho. Precisa não apenas refletir a realidade, mas iluminá-la criando enfoques perspectivas, mostrando relações, atribuindo significado”.
(Dilvo Ristoff, 1995)

Procedimentos adotados na UMEI Aarão Reis

Observação

A observação de forma sistemática e/ou formal permite ao professor conhecer melhor seu aluno (nas dimensões cognitivas, afetivas, psicomotoras...) analisar seu desempenho nas atividades dentro e fora da sala de aula e compreender seus avanços e dificuldades, ajudando-o no processo de aprendizagem.

Registro

É um processo fundamental que permite ao professor acompanhar o processo de desenvolvimento do aluno de maneira crítica e reflexiva. As formas de registro da UMEI Aarão Reis são:

- **Ficha avaliativa:** é um instrumento que visa dar informações tanto para o aluno quanto para sua família do desenvolvimento apresentado pela criança no seu processo educativo, sob o ponto de vista de todas as pessoas envolvidas com o seu desenvolvimento. São inúmeros tópicos que descrevem o desenvolvimento esperado, que são

marcados por siglas de acordo com a evolução de cada um. Este instrumento é preenchido pelos educadores, o qual é entregue à família nas reuniões de pais ao final de cada semestre e outra cópia é afixada no Diário de Classe.

- **Portfólio:** outro instrumento avaliativo sugerido ao grupo de educadores da UMEI Aarão Reis. Pois, esse possibilita a construção de conhecimentos no processo ensino – aprendizagem. É uma forma diagnóstica e contínua de acompanhamento e avaliação de um trabalho desenvolvido, onde se pode verificar e problematizar hipóteses em variadas situações.
- **Diário de bordo:** são anotações periódicas sobre acontecimentos significativos no cotidiano escolar de cada criança. Essas anotações são feitas pelas educadoras.
- **Caderno ou coletânea de atividades:** é a coleta de exercícios e produções dos alunos, datadas e com algumas observações rápidas do professor. Essa coleta serve como referência histórica do desenvolvimento do aluno e do grupo.
- **Diário de Classe:** é constituído de relatório inicial da turma, intenções educativas para o ano, freqüência, registro dos conteúdos disciplinares desenvolvidos ao longo do processo e a ficha individual.

Com a utilização desses instrumentos o processo avaliativo desempenha uma importante função, pois a observação constante permitirá melhor atuação do educador e do educando, a avaliação redimensiona objetivos e estratégias em relação aos conteúdos e ao educando que é nosso maior tesouro. Assim, o processo avaliativo será contínuo e deve exercer também função diagnóstica para o acompanhamento e desenvolvimento do aluno respeitando as diferenças individuais.

O atendimento à criança com deficiência

A inclusão social é realidade nas escolas regulares. Para o atendimento real destes alunos, o professor necessita, de acordo com o grau de deficiência da criança, do apoio de outros profissionais que possam amparar, inserir mediante capacidade e direcionar essa criança nas atividades propostas. A interação do grupo de educadores que atende esse aluno é que viabilizará a avaliação do processo de aprendizagem. É claro que, dentro das capacidades possíveis, observando laudos médicos, inteirando-se com profissionais específicos é que será construída essa avaliação com suas individualidades. É partindo das potencialidades desses alunos que será feita a avaliação. Contando-se sempre com o apoio e orientação da família.

A participação da família no processo de avaliação

A escola deve reconhecer a importância da família na constituição do sujeito, sem, no entanto, considerá-la como única determinante dessa constituição. O trabalho junto às famílias deve questionar a atribuição das causas dos problemas e avanços na aprendizagem à dinâmica familiar.

A participação da família acontece durante todo o processo, tendo em vista que o acesso às salas de aula, as apresentações culturais, os atendimentos individuais e reuniões de pais são práticas reais que acontecem nessa instituição.

OBJETIVOS E PERIODICIDADE DAS REUNIÕES COM PAIS

Parte-se do princípio que família e escola dividem uma mesma tarefa em relação à criança: o educar. Portanto, esses dois ambientes devem assumir uma parceria estabelecendo um objetivo comum, que é o de formar uma pessoa melhor para a sociedade, um verdadeiro cidadão.

A equipe da UMEI Aarão Reis precisa conhecer a história da criança, a fim de intervir de forma adequada, pois a bagagem que a criança traz consigo influencia a sua forma de construir novos conhecimentos. A história da criança abrange o ambiente familiar, formas de relacionamento, valores, crenças, recursos disponíveis, entre outros aspectos. Dessa forma a participação da família na UMEI é considerada imprescindível como elemento enriquecedor do processo educativo.

A família também precisa ter acesso ao trabalho desenvolvido pela UMEI, para poder avaliá-la dentro de suas expectativas e objetivos e estabelecer uma conduta em relação ao filho, que seja harmoniosa nos dois ambientes. Essas “trocas” entre a UMEI e a família, a respeito de posturas e do trabalho realizado com a criança nos dois espaços, são muito importantes, pois ampliam o conhecimento sobre a criança e seu desenvolvimento, contextualizando educação.

Na UMEI, organizam-se espaços para que a interação família/escola aconteça, tendo sempre em vista o respeito aos limites e funções de cada segmento, e o compromisso de uma participação construtiva. Só assim, tem sido possível trabalhar e vencer as dificuldades intrínsecas a essa interação.

Para conseguir a incorporação dos pais como membros ativos do projeto educacional trabalha-se em três planos:

1 - Formação/informação:

Realiza-se através de uma ampla informação sobre todos os aspectos que se relacionam com a UMEI.

Logo que se inicia o no letivo os pais são convocados para uma reunião informativa sobre questões administrativas, a concepção de educação

infantil e o projeto educativo adotado pela UMEI Aarão Reis. Neste dia entrega-se o “kit escolar, a agenda escolar e a mochila”, que são enviados pela prefeitura, para proporcionar a todos os alunos melhores condições escolares. Os pais que quiserem podem realizar uma visita a todas as instalações da UMEI, para conhecimento do seu espaço físico, desde que acompanhado por um funcionário da equipe.

Depois que as turmas estão organizadas e as crianças integradas ao novo ambiente, são realizadas as reuniões de turmas, com a participação das educadoras e coordenadoras. Essas reuniões estão programadas no calendário pedagógico anual para o início e final de cada semestre, podendo acontecer extraordinariamente em função das necessidades de cada turma ou de cada criança.

As reuniões têm como objetivo:

- Informar sobre os projetos que serão desenvolvidos, a metodologia que será empregada, as atividades que serão realizadas e a participação dos pais nessas atividades. Também são informadas as normas de funcionamento e a rotina diária.
- Avaliar as atividades anteriores e sua repercussão na família (no caso da primeira reunião do semestre se avalia o período de adaptação e busca conhecer as expectativas da família).

2 – Intervenção/participação:

Os pais são convidados a participarem dos projetos pedagógicos, das excursões, eventos e festas da UMEI, contribuindo com suas presenças, experiências e conhecimentos.

A equipe pedagógica está construindo um projeto futuro que tem como objetivo principal promover periodicamente palestras sobre temas de educação, e realizar anualmente um encontro de pais e educadores, com a participação ativa da família.

Avaliação/reflexão:

A partir de uma participação efetiva no processo educativo de seus filhos, os pais têm condição de entender e avaliar com segurança o trabalho desenvolvido. Dessa forma, a avaliação feita pelos pais constitui um instrumento indispensável para o planejamento e a realização de novas experiências.

Compartilhar a educação do filho com a escola implica compartilhar os sucessos e dificuldades que se apresentam e, acima de tudo,

transformar o trabalho em colaboração mútua. Sem dúvida, há que se diferenciar responsabilidades da escola e responsabilidades da família, mas os papéis só se construirão a partir do exercício cotidiano do dialogar.

3. O PLANO DE AÇÃO

INTRODUÇÃO

Este **Plano de Ação** que aqui apresentamos, teve o seu início de formulação, durante a disciplina Análise Crítica da Prática Pedagógica, (ACPP), ministrada pelo professor José Raimundo Lisboa da Costa. A disciplina ainda em andamento se baseia em reflexões a partir dos memoriais escritos pelas cursistas: Maria Aparecida de Castro da Mata, Idéosa Alves do Carmo Cardoso e Edilene Lopes de Almeida, educadoras da Unidade Municipal de Educação Infantil/ UMEI Aarão Reis e Lílian Geralda de Oliveira educadora da Unidade Municipal de Educação Infantil/ UMEI Betinho, alunas do curso Pós graduação especialização História da África “Lato sensu (LASEB), Faculdade de Educação (FAE), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), iniciado em agosto de 2009.

O memorial, ponto de partida e chegada, da disciplina ACPP, é concebido como uma espécie de autobiografia formativa, configurando-se, portanto, como uma narrativa simultaneamente **histórica** e **reflexiva**, escrito sob a forma **descritiva, histórica, analítica, crítica e propositiva**. Ou seja, o memorial, como registro elaborado pelas cursistas, procurará dar conta dos **fatos** e **acontecimentos** que constituíram (e constituem) a trajetória acadêmica - profissional de seus autores.

Portanto, os **memoriais** dos cursistas serviram de referência para as reflexões que foram desenvolvidas e que ainda a serão desenvolvidas. O nosso grupo passou pelo processo de reescrita dos memoriais e a partir da implementação deste **plano de ação**, as reflexões que estão sendo elaboradas em função das práticas pedagógicas, serão posteriormente, inseridas no memorial que ainda se encontra em elaboração contínua, até que encerre o curso.

JUSTIFICATIVA

Este **Plano de Ação** tem por objeto central lançar um olhar sobre a diversidade étnico-racial brasileira. Vale ressaltar que a desigualdade não se reflete apenas nos indicadores sociais ou nos desníveis de renda: essa é a expressão mais evidente e uma discriminação mais profunda: a desvalorização, desumanização e desqualificação, ou no reconhecimento simbólico das tradições, saberes e fazeres do povo afro-descendente.

Acreditamos na formação e educação das crianças como agente transformador da sociedade, portanto, nosso papel principal é possibilitar que se tornem cidadãos plenos no exercício de sua cidadania, na construção de uma sociedade melhor.

Portanto, este **Plano de Ação** se justifica, pelo fato de nos comprometermos com determinados encaminhamentos reflexivos que buscarão valorizar as especificidades inerentes às diversas etnias; estimular a percepção do coletivo de alunos (as) em relação às diferenças físicas existentes entre as pessoas e o respeito de uns pelos outros, independentemente do grupo étnico a que cada um pertença. Proporcionar às crianças informações sócio-culturais que lhes possibilitem ter um conhecimento da nossa história, valorizando sua identidade cultural, qualificando o exercício de uma cidadania crítica e combativa, que seja exercida não só para direitos, mas também para deveres na constituição de uma sociedade, mas justa, digna e igualitária.

OBJETIVOS

Geral:

Apresentar a Lei 10.639\03, propondo metodologias para sua divulgação e implementação no espaço da educação.

Específicos:

- 1 Propor novos valores e conhecimentos acerca da cultura afro-brasileira, refletindo e desconstruindo preconceitos culturais/raciais.
- 2 Valorizar o negro enquanto cidadão.
- 3 Refletir sobre a diversidade cultural brasileira.
- 4 Construir identidades raciais e de gêneros positivas.
- 5 Estimular o respeito às diferenças.
- 6 Desmistificar o conhecimento acerca da história da África e suas contribuições para o Brasil.

DESENVOLVIMENTO/METODOLOGIA

Levantando dúvidas

Na escola começamos a sondar o que nossas colegas de trabalho sabiam sobre a lei 10.639\03. Nesse momento percebemos que somente uma minoria sabia e se interessavam por esta temática e a trabalhava em sala. Pensamos então, que para diagnosticar, quantificar e sistematizar essa impressão inicial seria necessário um levantamento investigativo junto aos educadores.

Elaboramos, portanto, com o auxílio do nosso orientador um questionário que aplicamos a quinze educadores, que visou sondar as formas e os níveis de implantação da lei 10.639/03 nas aulas dos professores de 1º e 2º ciclos da Educação Infantil da Prefeitura de Belo Horizonte.

A pesquisa contém as seguintes questões:

- Em sua escola há um Projeto Político Pedagógico (PPP)? Como foi a sua construção? Qual o seu eixo central?
- Em sua escola há algum movimento de inclusão da temática História da África e Cultura afro-brasileira nas práticas em sala de aula? Sim? Não? Em termos? Justifique sua resposta.
- Relativamente à questão “B”, em que caso afirmativo (inclusão) é possível dizer que ela se faz de modo a contemplar os princípios norteadores da lei 10.639/03?
- Descrever e analisar como você percebe o discurso e as práticas dos diversos professores de sua escola, no que se refere à inclusão da História da África e cultura afro-brasileira e africana no currículo da rede municipal de educação.
- Identificar, descrever e analisar, nos discursos e nas práticas dos professores e gestores das escolas, as percepções por eles elaboradas, referentes à institucionalização da obrigatoriedade de inserção de História da África e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar.
- Quais as dificuldades e as possibilidades de se desenvolver experiências significativas no trabalho sobre a questão racial na sua escola?
- Uma situação é a militância do Movimento Negro, e outra mais específica, é o trato pedagógico das relações raciais em sala de aula. Quais as ações e características de cada uma das situações, suas contribuições e seus pontos comuns?
- Dez questionários foram aplicados na UMEI Aarão Reis e cinco foram aplicadas na UMEI Betinho. Para facilitar o nosso trabalho, fizemos a leitura, análise e interpretação do conjunto das respostas, relativas a cada questão do questionário. Tendo como referências básicas as reflexões desenvolvidas pelos professores, chegamos à seguinte conclusão:

ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Podemos perceber que na UMEI Aarão Reis existe uma Proposta Política Pedagógica que o eixo central do projeto é a criança, como ser total, com direitos, deveres e membro de uma comunidade. Ela se encontra em fase de construção e conta com a participação de todo coletivo da escola.

Apesar de ter sido promulgada há sete anos, a História da África e Cultura afro-brasileira como obrigatoriedade na matriz curricular das escolas de nível fundamental e médio, públicas e privadas, podemos perceber que a lei 10.639/03

não é do conhecimento de todos e que o Projeto Político Pedagógico da escola não contempla os princípios norteadores da referida lei. Observam-se na UMEI Aarão Reis algumas atitudes isoladas, praticadas pelos professores que contemplam a inclusão da diversidade na educação, seja ela de gênero, etnia, religião, nacionalidade, raça, classe socioeconômica ou cultural.

Já na UMEI Betinho podemos perceber que o Projeto Político Pedagógico da escola ainda não foi construído ou consolidado, além de não fazer parte do conhecimento das educadoras o seu processo de construção. Algumas práticas contemplam a diversidade. Mas dificuldades em trabalhar com a lei 10.639/03 foi citada, pela grande maioria, por não conhecer a mesma.

Com base nas pesquisas, podemos concluir que falta aos professores, além de desejos, posturas e valores individuais (preconceitos e discriminações), materialidade que dificultam o sucesso da implementação da lei.

Observa-se que a incorporação da temática nos cursos de graduação, pode ser, entre outros, um caminho para se pensar em médio prazo na aplicação da lei nos espaços de educação, pois o que vemos até os dias de hoje está muito longe do ideal.

Diante de tais constatações, nós, educadoras da UMEI Aarão Reis e UMEI Betinho, atuais alunas da pós graduação do curso História da África e culturas Afro Brasileira decidimos contribuir então para que a lei 10.639/03 seja divulgada, e que se lance outro olhar sobre a população negra em geral.

Estaremos incluindo nossas colegas professoras, pais e crianças nas discussões e atividades pertinentes a essa temática.

COMPARTILHANDO FORMAÇÃO E INFORMAÇÕES

Introdução

Tomar consciência de que o Brasil é um país multirracial e pluriétnico, reconhecer e aceitar que os negros também como outras etnias tem papéis de relevância para a sociedade brasileira é convergir para a educação das relações étnicas raciais.

Conforme expressa o Parecer Conselho Nacional de Educação (CNE) /Conselho Pleno (CP)3/2004, esta educação pode oferecer conhecimentos e segurança para negros orgulharem-se de sua origem africana, e para os brancos permitir que identifiquem as influencias, as contribuições, a participação e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser, de viver de se relacionarem com as outras pessoas.

É papel da escola criar instrumentos de uso permanente, via Projeto Político Pedagógico (PPP), Currículo e constituir um ambiente educativo acessível a todos,

buscar eliminar preconceitos, estimular a auto-estima e promover a igualdade étnica racial.

Segundo Nilma Lino (2004 p. 105) se concordamos que a escola é um direito social, temos de avaliar seriamente se ela de fato tem sido assim para negros e brancos.

Combater o preconceito racial não é uma questão simplória. É preciso que a nossa história seja contada sem trauma nem rancor. O passado de preconceitos não pode refletir em um futuro de discriminações. Se ainda há o preconceito, a sociedade tem que ser educada. Faz-se necessário a devida conscientização do povo que a própria ciência já nos mostra e derruba a teoria arcaica das raças na espécie humana.

As diferenças étnicas, de crenças, religião e cultura, devem ser respeitadas e aceitas em sua essência desde que essas não transcendem os direitos humanos. A peculiaridade de cada povo deve ser entendida, para que possamos continuar com a riqueza das múltiplas culturas existentes em nosso país.

Com a alteração da lei de diretrizes e bases da educação (LDB), incluindo através da lei 10639/03 a obrigatoriedade em âmbito nacional, a abordagem do conteúdo História da África e Cultura Afro Brasileira faz-se necessário reflexões e discussões pertinentes a essa lei no cotidiano da escola envolvendo (Diretores, coordenadores, professores, funcionários alunos e pais).

Essas reflexões são fundamentais para a construção da identidade negra, desconstrução da visão negativa sobre os africanos e seus descendentes que foi construída ao longo dos tempos no Brasil, para a promoção da igualdade racial no ambiente escolar.

Porém tudo isso é possível, mediante a busca pelos profissionais da educação de um suporte técnico e científico. Para efetivar essas ações, consideramos que se faz necessária a inclusão dessa temática nos cursos de graduação (Pedagogia e outros das Ciências Humanas), cursos de formação continuada para professores que estão atuando. Mobilizando-os e envolvendo alunos e comunidade para que essa lei não fique somente no papel, mas seja mais um suporte legal, que nos auxilie a lidar com as questões acima citadas.

Justificativa

Em resposta as nossas indagações sobre o conhecimento que as nossas escolas tinham a respeito da trajetória de luta do Movimento Negro, para reconhecimento de sua diversidade e valorização de sua cultura, vimos que não só nossas famílias, mas toda a comunidade escolar detém hoje pouca informação acerca da temática.

Quando se trata da lei 10639/03, o conhecimento é ainda menor, como

podemos observar através das respostas ao nosso questionário investigativo feito no início do ano letivo. Notamos através de conversas informais e resultados da pesquisas aplicadas, que aquilo que estamos buscando como formação para trabalhar com as crianças é também desconhecido pela maioria das nossas colegas de trabalho.

Diante dessas desinformações incluiremos nossas colegas professoras, pais e crianças nas discussões e atividades pertinentes a essa temática estudada. Visando assim uma tomada de consciência capaz de repudiar atos discriminatórios, promovendo atitudes de respeito às diferenças.

Objetivos

- Despertar o interesse dos educadores para as questões que envolvam o continente africano, apresentando a lei 10639/03, propondo metodologias para sua divulgação e implementação no espaço da educação infantil.
- Apresentar informações diversificadas a cerca do mesmo.
- Possibilitar discussões com o grupo de educadoras sobre etnia, raça e o papel da África na História dos brasileiros.
- Socializar o que aprendemos no curso, mantendo o compromisso com a prática pedagógica.
- Propor projetos e atividades que trabalhem a trajetória do negro, sua cultura e tradições trazidas para Brasil.

Desenvolvimento:

Uma educação anti-racista não só proporciona o bem estar do ser humano, em geral, como também promove a construção saudável da cidadania e da democracia brasileiras (Antonio Sergio Guimarães).

Em contato com a direção e coordenação divulgamos a proposta do nosso projeto, buscando possibilidades práticas para sua implementação. Conseguimos um espaço na sala dos professores, além de uma estante aberta onde fizemos a apresentação e divulgação do material que recebíamos no curso (apostilas, livros ou fontes bibliográficas), foi permitido também um levantamento de todo o material que a escola dispunha pertinente à temática em questão. Até então, esse material ficava guardado em armários. Nessa estante iniciamos a fixação de cartazes de cunho “suspense” para despertar a curiosidade, além de descontrair o grupo para o início de nossas atividades.

Ex: Cartazes:

“TEM NOVIDADE CHEGANDO...”

“ALGO NOVO ESTÁ PARA ACONTECER!”

“AGORA É LEI.”

Nos outros espaços da escola afixamos também cartazes para instigar a discussão: Cartazes com imagens de cidadãos brancos de sucesso, com frase do tipo:

“O que você observa nessas imagens?”

Vamos trocando esses mini- cartazes sempre, até que conseguimos divulgar a lei 10639/03 e expor sua obrigatoriedade, mesmo para aqueles que ainda não tinham por falta de tempo ou mesmo por pouco interesse folheado o material colocado a disposição.

Na mesma estante colocamos todo acervo que a escola tem sobre o tema. (livros de literatura africana, sugestões de filmes, CDs de músicas com ritmo africano, documentários etc.) Poemas de poetas angolanos, moçambicanos, tem sido, digitados e expostos, nos corredores e em outros espaços da instituição para serem apreciados por todos que ali circulam (profissionais, pais, responsáveis, prestadores de serviços). Passado alguns dias incluímos nos cartazes imagens de cidadãos negros e outras etnias demonstrando a diversidade da população brasileira.

Vale ressaltar que nesse momento tivemos dificuldades em encontrar imagens de negros, que não fossem no esporte, cenas policiais ou de pobreza. Percebemos o interesse e envolvimento da maioria dos educadores nessas ações.

Nesse contexto estão às crianças e suas famílias que de início seriam o nosso segundo alvo. E é para esse público igualmente especial que ampliaremos nossas práticas.

MINHA FAMÍLIA, MINHA HISTÓRIA

Justificativa

Apesar de a escola ser hoje a segunda referência de socialização que a criança tem, não podemos esquecer que é no seio da família que tudo começa.

Kaloustian (1988:65) trata desse assunto enfatizando a família como garantia de sobrevivência e proteção de seus membros e afirmando que: A família é o grupo primeiro que nos possibilita apropriarmos dos valores e conhecimentos de nossa cultura.

Sendo assim como relatamos nesse texto, a família também será convidada a participar das atividades, pois o nosso público são crianças na faixa etária de um a cinco anos e oito meses em média, maioria negros e pardos. Sabemos da dificuldade de se afirmar enquanto negro dentro de um modelo social excludente, está, portanto a nossa responsabilidade de acolher, apresentar e interrogar o mundo junto a essas crianças, abandonando nossos preconceitos nos tornando modelos positivos para elas.

Segundo Vasconcelos e Rossetti-Ferreira (2004, p.123), ao interagir com as crianças- instruindo, apontando e representando-os adultos estão promovendo-lhes, também, o desenvolvimento.

Educar para a paz é conhecer os preconceitos geradores de conflitos, é aprender a conviver com as diferenças, é formar para a autonomia moral e intelectual. Acreditamos que a educação voltada para valores e atitudes propicia ao aluno fortalecer-se como sujeito social e cidadão. É por isso que queremos começar essa discussão com as crianças pequenas, despertando neles a tolerância as diferenças.

De acordo com Candau, (2003, p.24), diferentes costumes, crenças, etnia e todos que compõem a cultura, frequentam, diariamente, as salas de aula.

Objetivos

- 1 Envolver a família nas questões que perpassam o ambiente escolar, para que se posicionem de forma observadora, crítica, e formadora de opiniões.
- 2 Quebrar tabus em relação a gênero e etnia.
- 3 Conscientização das diferenças entre pessoas, mostrando que a diversidade não implica na inferioridade.
- 4 Promover a auto-estima através do auto-conhecimento e liberdade de expressão.
- 5 Trabalhar a noção de cidadania, igualdade de direitos e deveres.

Desenvolvimento

Iniciamos o projeto com a aquisição de uma boneca negra que foi colocada em exposição dentro das dependências da escola. A sua divulgação foi feita como sendo uma recém integrante da UMEI, porém não havia ainda sido feita a sua certidão de nascimento e escolha do nome.

Entretanto, o que deveria ser um projeto de uma sala de aula tomou proporções maiores, pois toda a escola queria conhecer a boneca e todos passaram a sugerir idéias que aos poucos foram ampliando o plano de ação.

Assim, a escolha do nome da boneca virou um “acontecimento” dentro da UMEI. Alguns professores, percebendo a empolgação das crianças passaram a explorar o assunto, e a temática África foi discutida com entusiasmo na sala dos pequenos.

Cada turma, respeitando o seu desenvolvimento, idade e interesse passaram a conhecer assuntos como: as diferenças, a importância de termos uma identidade, e questões como políticas, direito ao voto e respeito pela escolha do outro puderam ser trabalhadas.

Para facilitar a escolha do nome de nossa boneca, optamos por apresentar o

livro “MENINAS NEGRAS”, de Madu Costa, onde temos três meninas negras, cada uma com sua característica própria: Mariana, Luanda e Dandara.

Desta forma, ao apresentar a história à turma, elas tiveram uma escolha a fazer, levando em conta as características físicas das meninas, nome mais bonito e até o perfil psico-social de cada uma. A animação foi grande, passamos a ver grupos de defesa de uma, e contra outra, campanhas para a menina mais sonhadora etc.

Nas dependências da escola, vivemos um verdadeiro momento de eleição, com urna, material de campanha, divulgação através de foldeer, cartazes entre outros, e nesse momento, o projeto tomou proporções também não esperadas.

A notícia de nossa eleição chegou também na casa de nossas crianças, e familiares passam então a indagar e se envolver com o trabalho. Decidimos então estender a escolha do nome da nossa boneca às famílias, que ao receber um documento informativo do projeto tinham a opção de também votarem.

Aproveitando o evento da festa junina, convidamos os familiares a participarem da eleição. Que ansiosos aguardaram novas notícias do projeto. Tivemos momentos interessantes, onde crianças e pais discordavam do nome escolhido, crianças fizeram “boca de urna”, pais optavam por nomes diferentes até então não trabalhado, entre outras curiosidades.

O dia marcado para a apuração dos votos foi um acontecimento dentro da UMEI, montamos o ambiente colocando os cartazes com a imagem das três meninas, a urna ficou na parte central e as crianças escolhiam sentar-se próximo da menina que tinha ganhado o seu voto. Tivemos torcidas organizadas e muita animação.

Foram convidadas quatro crianças para auxiliar na apuração, três ficando responsáveis pela marcação dos votos no painel e a quarta crianças para retirar os votos da urna, que eram apresentados ao grupo presente que vibravam de acordo com os resultados. A disputa foi acirrada, sendo o resultado final o seguinte:

Mariana: 85 votos

Dandara: 90 votos

Luanda: 113 votos

Votos brancos: 03

Votos Nulos: 02

Avaliando o número total de votos entendemos que a participação da família foi significativa, visto que na UMEI temos um total de aproximadamente duzentos e vinte crianças, incluindo berçário, crianças de um e dois anos.

Durante o processo eleitoral a recém-nascida ia visitando as salas de aula e era bem recebida por todos. Ela aguardava ansiosa pela escolha do seu nome, até

escutava os cochichos dos eleitores nos corredores.

‘Vai ser Dandara ela é negra, olhos grandes e espertos’.

‘Não, não vai ser Mariana ela é alegre e sonhadora, gosta da cor que tem’.

‘Ah! Nem uma nem outra, vai ser Luanda, pois é uma menina do tom de chocolate e dança muito bem’.

Por mais de uma semana esses foram os comentários mais ouvidos na instituição. Todo o processo eleitoral foi tranquilo e a nossa recém-nascida recebeu o nome de LUANDA. Agora de posse de sua certidão de nascimento e mais crescidinha ela visitará com muita frequência a casa de seus familiares.

De volta do nosso recesso de julho, deparamos com perguntas sobre que dia a Luanda começaria as visitas. Nesse momento pensou-se também que cada família poderia deixar alguma lembrança para a boneca, e a forma encontrada para essa manifestação poderia ser colocada em pequeno pedaço de tecido que ao final do projeto formaria a colcha de “retalhos de Luanda.”

A partir daí iniciamos o segundo momento de nosso projeto. Organizamos um caderno para ser o diário da menina Luanda, diário esse que a acompanhará a casa das crianças. Nesse diário colocamos informações sobre sua história de vida, e a sua certidão de nascimento.

E assim Luanda começou suas visitas. Já no dia dois de agosto ela foi acolhida pela primeira família levando seu diário e um pedaço do tecido de sua colcha. Agora essa será sua rotina diária.

Luanda continuou sendo o assunto de nossas crianças. Já nas salas dos maiores (quatro e cinco anos), surgia outras curiosidades, abrindo caminho para novas possibilidades. Quem é a mãe da Luanda? De onde ela veio?

Assim, cada educadora passou a conversar sobre a autora do livro “As meninas Negras”, sobre o continente “Africano” sobre as diferenças de cor, de religião etc, tudo dentro do nível de entendimento de cada turma.

Nesse momento veio então a ideia de convidarmos a autora do livro, Madu Costa para uma visita a nossa escola, já que descobrimos que ela é professora da rede municipal de Belo Horizonte e tem grande interesse pela temática racial.

Sua visita foi programada para o dia 26 de Agosto, ficando então todas as educadoras responsáveis pela divulgação junto as suas turmas.

O dia marcado para o encontro com a autora Madu Costa foi aguardado com muita expectativa, todos queriam conhecê-la e também apresentar tudo que nossa escola já sabia sobre a história dos negros no Brasil.

A equipe da escola foi brilhante na preparação do espaço. Tudo foi enfeitado com cartazes das bonecas, exposição da bibliografia específica sobre o tema racial que a escola possui, mesas com toalhas de estampas africanas, além é claro de nossa mascote “LUANDA” que aguardou impaciente junto ao seu diário e partes de

sua colcha que já havia sido tecida pelas crianças e familiares.

Madu foi recebida pelas crianças com muita alegria e corno bem afinado: “Madu, Madu, Madu, Madu..”

A manhã foi bem animada, ouvimos histórias sobre nossa descendência africana, sobre diferenças raciais, além de músicas na língua “iorubá”.

Nossa autora também ficou feliz com o que viu, ou seja, nossas crianças, ainda tão pequenas, já estão familiarizadas com questões tão sérias sobre nossa história. Só iremos valorizar nossas raízes, respeitando as diversidades que ela nos traz se aprendermos desde cedo a valorizá-las.

A visita da boneca Luanda na casa das crianças fortaleceu o laço de amizade entre as famílias e a escola, proporcionando uma parceria entre o grupo de moradores e a instituição.

A avó de um aluno procurou o grupo de educadoras e solicitou a sua participação na Feira Literária com o objetivo de promover uma oficina de confecção de bonecas negras de pano, que será oferecida aos visitantes. E assim, contribuir na divulgação das questões étnicas raciais que permeiam o espaço escolar.

Nesse momento tivemos oportunidade de conhecer o trabalho comunitário de um grupo de voluntárias que em parceria com a Associação de Moradores do bairro Guarani vem lutando entre outras causas, pela preservação do Parque Ecológico Nossa Senhora da Piedade. O trabalho com oficinas de artesanato é uma atividade conhecida do grupo, portanto, a idéia de confecção da boneca de pano nos chamou a atenção. Quanto mais adesões e visibilidade para a temática abordada melhor resultados alcançaremos.

A feira Literária é promovida anualmente pelas escolas: UMEI Aarão Reis e Escola Municipal Hélio Pellegrino, e este ano acontecerá no dia 23 de Outubro, onde aproveitaremos para apresentação do atual projeto de intervenção.

Finalizamos o projeto, com todas as famílias envolvidas sendo convidadas a participar de um dia especial nas dependências da escola. Neste dia marcado como dia da Consciência Negra, 20 de Novembro, organizamos uma confraternização, formação e avaliação de todo trabalho. A escola foi ornamentada lembrando nossas raízes africanas, onde atividades de oficinas (confecção de bonecas), danças circular, apresentação de textos e poemas de autores africanos, além de um delicioso lanche servido a todos os convidados.

4- CONCLUSÃO

Durante o projeto, identificou-se a importância de divulgação da lei com objetivo de contribuir para a qualidade das práticas educativas de modo a abranger todos os alunos, no fortalecimento da sua identidade, da ética, do respeito e sensibilidade em aceitar a diversidade.

Conforme já foi mencionado muitas vezes, as questões étnicas raciais não são trabalhadas pontualmente, pois a grande maioria dos educadores desconhece o texto da lei, e o material didático utilizado traz muito das ideias eurocêntricas, que antes de serem passadas para os estudantes necessitam de uma revisão crítica do educador.

A sociedade permitiu a perpetuação dos preconceitos raciais, principalmente quanto aos afros descendentes. Até pouco tempo todos ouviam com naturalidade frases depreciativas sobre, ou para os negros. Entendemos que é urgente e pertinente a necessidade de rever conceitos, práticas educativas, materiais didáticos, modificar atitudes, o que é sem dúvida um grande desafio posto para a sociedade que culturalmente vê o negro como inferior.

A lei 10639/03 é um dispositivo legal que reafirma a valorização do negro e a contribuição que os africanos deram para a cultura brasileira.

No entanto, apenas a lei não é suficiente para garantir que as escolas coloquem na Proposta Política Pedagógica essa temática. É necessária a sua divulgação para que possam ser legitimadas as ações para que os estudantes negros se sintam parte do processo educativo.

No que tange a obrigatoriedade da lei pode-se concluir que a existência da mesma expressa conquistas oriundas das extensas lutas do movimento Negro pelo reconhecimento e igualdade de direitos.

O profissional da educação terá sua prática enriquecida ao adotar ações ou práticas de reconhecimento que existe o preconceito racial, trabalhar as atitudes de desconstrução do mesmo, entendendo que a escola é um espaço de todos.

O desenvolvimento dessas reflexões permitiu aos educadores a desenvolverem a capacidade crítica indispensável às suas atuações enquanto profissionais formadores de opinião.

AS PRÁTICAS EDUCATIVAS NA EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

O que passo a relatar agora é parte da minha atuação no plano de ação descrito nesse trabalho e efetivado no cotidiano das crianças de 1 a 2 anos (sala 1). A turma na qual esse plano de ação foi desenvolvido é composta de doze crianças na maioria pardas e negras. São crianças alegres e curiosas. Gostam de músicas,

brincadeiras de roda, ouvir histórias e até imitá-las. Já usam a fala para comunicar seus desejos básicos e também para a interação no grupo. Não percebo nelas nenhuma atitude de preconceito. Aceitam brincar com bonecas e bonecos de diferentes cores, convivem harmoniosamente dentro do que é esperado dentro da faixa de idade em que eles se encontram. Sabemos que o preconceito é adquirido e é por isso que estou empenhada em consolidar práticas que estimulam a sensibilidade, a ética e o respeito pela diversidade.

Para a realização das atividades foi necessário contar com a colaboração das famílias e engajamento de outras educadoras que formam duplas comigo, no sentido de auxiliar-me no encaminhamento prático na sala de aula. Iniciei compartilhando as leituras pertinentes ao tema, socializei o planejamento das atividades. Essas atitudes acabaram por despertar nas outras educadoras o desejo de conhecer a lei, de trabalhar juntamente comigo as questões ligadas à valorização do aluno negro no ambiente escolar e conseqüentemente no núcleo familiar.

Contar histórias de personagens africanos, colocar ao alcance das crianças imagens de pessoas que representam a diversidade étnica, pintar gravuras usando cores variadas, fazer brincadeiras de demonstração de afeto para com o outro, estimular brincadeiras com bonecas de tipos e cores diferentes foram estratégias utilizadas para a valorização e aceitação do outro.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecer o texto da lei 10639/03, ter a oportunidade de discuti-la no curso de especialização e na escola provocou em mim muita inquietação, pois embora antes do curso percebesse a discriminação sofrida pelos negros e pardos (inclusive pelas minhas filhas), sempre naturalizei tais atitudes.

Portanto, considerar no currículo uma proposta contínua e sistematizada de elementos para a constituição de identidades étnica- raciais é colaborar para a construção da identidade de cada um. É de fato desenvolver o papel de educador, pois a educação está para além de livros e palavras ela demanda posturas e intervenções no dia-a-dia. O trabalho desenvolvido dentro das escolas, sobretudo se iniciado na Educação infantil terá reflexos na vida adulta das crianças que por ali passar. E assim romper com a cultura dominante onde o negro é inferiorizado perante o branco. Para que pelo menos nos aproximemos da idéia tão comentada e divulgada principalmente nos espaços educativos que é ter uma sociedade justa e igualitária.

6- REFERÊNCIAS

ALVES, Aracy;Lino, Nilma. *Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens na Universidade*. Belo Horizonte: Autentica, 2004

APPLE, Michael W. *Ideologia e currículo*. São Paulo: Braziliense, 1982. 246 p.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 2 ed. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves, 1982. 238 p.

CANDAU, Vera M. *Somos tod@s iguais: Escola discriminação e educação em direitos humanos*. DP&A, Rio de Janeiro,2003.

CARDOSO, Nádia. *Movimento Negro pós-70: a educação como arma contra o racismo*. Capítulo II da Dissertação de Mestrado **Instituto Steve Biko – Juventude Negra Mobilizando-se por Políticas de Afirmação dos Negros no Ensino Superior** aprovada pelo Mestrado em Educação e Contemporaneidade – UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA -, em fevereiro de 2005.

CUNHA, Lázaro. Contribuição dos povos africanos para o conhecimento científico e tecnológico universal. In: *Implementação da Lei 10.639/03 no ensino*. Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Salvador, 2010.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. 2 ed. São Paulo: Global, 2007. 313 p.

FERREIRA, Amauri Carlos. Ética na escola: A construção de ethos ético. In: *Formação continuada de docentes da educação básica. Construindo Parcerias (LASEB)*. DALBEN, Ângela Imaculada L de Freitas; GOMES, Maria de Fátima Cardoso (Org.) Belo Horizonte, MG: Autentica 2009

_____. *A integração do negro na sociedade de classes: o limiar de uma nova era*. São Paulo: Globo, 2008. 624 p.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia saberes necessário à prática educativa*. São Paulo, 1996

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. MOREIRA & CANDAU (ORGS.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. *Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 29, n.1, p. 167-182, jan. 2003.

_____. Diversidade étnico racial e a educação brasileira. In: *Diversidade Cultural: da proteção a promoção*. MÁRCIO, José (Org.). Belo Horizonte, MG : Autentica, 2008.

_____. *Sem perder a raiz: corpo de cabelo como símbolo da identidade negra*, Belo Horizonte: Autentica, 2008.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. 34 ed. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 1999. 256 p.

_____. *Preconceito de cor e racismo no Brasil*. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2004, v. 47, n° 1.

HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979. 302 p.

KALOUSTIAN, Silvio M.(org) *Família Brasileira, a Base de Tudo*. São Paulo: Cortez; 4ª edição. São Paulo, 2000,

Lei n° 10.639/03, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: MAIO, Marcos Chor. Projeto UNESCO e a Agenda das Ciências Sociais no Brasil nos anos 40 e 50. Revista Brasileira de Ciências Sociais. V. 14, n° 41. Outubro, 1999.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

7. ANEXOS

ANEXO 1: A chegada de um bebê

Um raio de luz muito forte avisou que iria nascer uma menina na UMEI AARÃO REIS. E, não é que isso aconteceu mesmo?

No dia 11 de junho de 2010 às sete horas nasceu uma linda menina negra de olhos claros. Ela trouxe muita alegria e vários momentos de pura euforia. Todos começaram a imaginar possíveis nomes para a menina.

Que nome escolher? Qual combina com seu perfil? Para tornar mais democrático a escolha do nome, decidiu-se então promover uma eleição, já que os responsáveis por ela são todas as pessoas envolvidas no cotidiano da instituição (UMEI).

Pegamos um livro muito conhecido das crianças “As meninas negras”/ Madu Costa e lendo o enredo contado nesse livro conseguimos três nomes de origem africana: Mariana, Dandara, Luanda.

ANEXO 2: REGISTRO CIVIL

ESTADO: Minas Gerais
COMARCA: Belo Horizonte.

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

Certifico que, a folha 01 do livro 01 foi lavrado o nascimento de **LUANDA**, do sexo feminino nascida no dia 11(onze) de junho de 2010 (dois mil e dez) as 7:00 horas, em Belo Horizonte/ Minas Gerais. Filha de todos os funcionários e alunos da INSTITUIÇÃO UMEI AARÃO REIS atuantes no ano de 2010.

O assento foi lavrado no dia 15 de julho de 2010, tendo sido declarante as educadoras envolvidas diretamente no projeto de adoção da menina. Serviram de testemunhas todos os pais dos alunos que gentilmente aceitou o convite para votar na escolha do nome da mesma.

O referido é verdade e dou fé, UMEI AARÃO REIS.

